

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ZILÁ FERREIRA POTRATZ

Circuito turístico na terra pomerana: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável – Santa Maria de Jetibá-ES

**São Mateus
2015**

ZILÁFERREIRA POTRATZ

Circuito turístico na terra pomerana: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável – Santa Maria de Jetibá-ES

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para a obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nara Cuman Motta

**São Mateus
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

P864c

POTRATZ, Zilá Ferreira

Circuito turístico na terra pomerana: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável – Santa Maria de Jetibá-ES. / Zilá Ferreira Potratz – São Mateus - ES, 2015.

94f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Nara Cuman Mota

1. Agricultura familiar. 2. Turismo rural. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Cultura pomerana. I. Título.

CDD: 338.4791

ZILÁ FERREIRA POTRATZ

**CIRCUITO TURÍSTICO NA TERRA POMERANA: TURISMO
RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR COMO MECANISMO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SANTA MARIA DE
JETIBÁ- ES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 11 de julho de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. NARA CUMAN MOTTA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof^a. Dr^a. SÔNIA MARIA DA COSTA BARRETO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof^a. Dr^a. ROSALI RAUTA SILLER
SEDU- EEEFM "GRAÇA ARANHA"

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, Helmar, pelo apoio em todas as etapas do mestrado, por não ter medido esforços para me ajudar e proteger durante a coleta de dados, pelo amor e compreensão.

A minha querida Gerda, que foi para mim mais do que uma sogra, por todo amor que me dispensou, pela dedicação e ajuda na criação dos meus filhos e filha.

Ao meu tio Guinther, por não medir esforços para me atender em todos os momentos em que precisei.

Aos meus três filhos, Raphael, Henrique e Thiara, por compreenderem minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

Grande foi a caminhada, mas quem acredita sempre alcança, e eu não estive sozinha, portanto, compartilho esta vitória com todos aqueles que caminharam comigo.

A Deus, por me proteger, me amparar e me carregar em seus braços nos momentos de fraqueza e dor, dando-me coragem e força para seguir em frente e colocando pessoas boas no meu caminho.

A minha mãe, exemplo de mulher, por acreditar nos meus sonhos, sofrer junto comigo e me criar para a vida, ensinando-me a lutar por meus objetivos e a me fazer autônoma.

A meu pai, (*in memoriam*), o homem mais honesto e trabalhador que conheci, pelo exemplo de vida e de honestidade e pelo zelo e cuidado que sempre dispensou a meus filhos e a minha filha.

A meus irmãos e a minhas irmãs, meus eternos companheiros de infância, por tantos momentos compartilhados.

Em especial, a minha orientadora professora Dr.^a Nara Cuman Motta, pela dedicação e pelo zelo com que me acompanhou no decorrer deste trabalho, proporcionando-me um conhecimento intelectual jamais sentido até então em minha trajetória acadêmica.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional e aos professores que fizeram parte do meu aprendizado nesse período, pela oportunidade de expandir meus horizontes.

Não poderia deixar de agradecer a Luzinete, secretária do programa de pós-graduação sempre dedicada e eficiente no atendimento.

À Professora Dr.^a Rosali Rauta Siller, pela contribuição e pelo incentivo à pesquisa.

À Dr.^a Sônia Maria da Costa Barreto, pela disponibilidade ao longo do processo da pesquisa.

A todas as pessoas do Circuito Turístico Terras Pomeranas, pela gentileza de me receberem e concederem entrevistas e informações.

A meus colegas e a minhas colegas do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, em especial a Luziane e Marcelo, pela acolhida, companheirismo e carinho.

Aos profissionais da então Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio “Graça Aranha”, onde teve início a minha vida profissional, pelo incentivo.

Às equipes das Secretarias Municipais de Educação de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, pela confiança e credibilidade em meu trabalho ao longo dos anos em que estive à frente da Secretaria Municipal.

À equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Turismo, da qual faço parte, pelo apoio e incentivo nesta etapa de crescimento profissional e pessoal.

Aos Diretores da Faculdade da Região Serrana, Emerson Pedreira Matos, Sandra Maria Guisso e Ozirlei Marcolino, pelo apoio irrestrito.

Enfim, a todas aquelas pessoas que me acompanharam nesta caminhada até este momento.

*É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver.*

Martin Luther King

RESUMO

POTRATZ, Zilá. **Circuito turístico na terra pomerana: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável- Santa Maria de Jetibá-ES**, 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, Instituto Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, tem como objetivo verificar as implicações do Projeto Circuito Turístico em Terras Pomeranas na política de fortalecimento das propriedades rurais com predominância na agricultura familiar, como possibilidade de implementação do turismo rural no município de Santa Maria de Jetibá-ES e como forma de agregar renda aos pequenos produtores rurais na perspectiva da sustentabilidade. Toma como referência autores que se dedicaram aos estudos sobre turismo rural e agricultura familiar. Utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Baseia-se em dados coletados por meio de observações diretas nas propriedades desse Circuito e de entrevistas semiestruturadas com agricultores. Aponta para a importância do turismo rural como fonte de renda, tomando como referência as belezas naturais e o clima característicos da região. Como principal proposta para alavancar atividades turísticas no Município, sugere incentivar novas pesquisas para a produção de conhecimento no setor; criar e tornar possível uma rede de informações sobre circuito turístico; promover encontros e discussões com agricultores rurais para incentivar a participação no Circuito; implementar projetos de formação dos agricultores rurais; promover formas de desenvolvimento de propriedades e apoiar a organização das comunidades. Sugere também a busca de parcerias com a Prefeitura, com órgãos estaduais e federais no intuito de criar mecanismos facilitadores de adequação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do setor, sempre levando em consideração a potencialidade local. Recomenda ainda a conscientização da comunidade local e a organização dos agricultores interessados na implantação de seu negócio, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES), com a finalidade de solucionar problemas apontados no estudo.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Turismo rural. Desenvolvimento sustentável. Cultura pomerana.

ABSTRACT

POTRATZ, Zilá. **Tourist Circuit in Pomeranian Lands: Rural tourism and small farming as a sustainable development mechanism-Santa Maria de Jetibá-ES**, 2015. 94 f. dissertation (Master degree in Social Management, Education and Regional Development)-Faculdade Vale do Cricaré, Instituto Vale Cricaré, São Mateus, 2015.

This study, which has qualitative measures, aims to verify the implications of the project Tourist Circuit in Pomeranian Lands, as well as in the strengthening of rural properties with predominance of familiar agriculture, as a possibility to implement the rural tourism in the municipality of Santa Maria de Jetibá-ES and as a form of aggregating income to small rural growers in terms of sustainability. It was taken as reference authors who were dedicated to studies on rural tourism and small farming. The methodology used was bibliographical research and documentary as well. It is based on data collected through direct observations of the farms taking part in the circuit and semi-structured interviews with the farmers. It points out the importance of rural tourism as a source of income, taking as reference the natural beauties and the climate characteristics of the region. The main proposal is boosting the tourist activity in the city, it suggests new research in order to acquire knowledge in the sector; create and make possible a network of information about the tourist circuit; promote meetings and discussions with rural farmers to encourage their participation in the circuit; implement projects to train these farmers; promote forms of development and support the communities organization. It also suggests the seeking for partnerships with the Municipality, State and federal agencies in order to create mechanisms and adequacy of necessary infrastructure for the development of activities in this industry, always taking into consideration the potential site. It also recommends the awareness of the local community and the organization of farmers interested in setting up their business, in partnership with SEBRAE and the ARERES, with the purpose of solving problems pointed in the study.

Keywords: Family farming. Rural tourism. Sustainable development. Pomeranian culture.

LISTA DE SIGLAS

ADERES	Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo
CT	Circuito Turístico
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FARESE	Faculdade da Região Serrana
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNDAGRES	Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Espírito Santo
FVC	Faculdade Vale do Cricaré
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MCT	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTur	Ministério do Turismo
O BROTO	Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto

PMSMJ	Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROEPO	Programa de Educação Pomerana
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETADES	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O CONTEXTO DA PESQUISA: SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	17
3	A CULTURA POMERANA COMO ATRATIVO TURÍSTICO.....	24
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	37
4.1	Circuitos Turísticos – CTs e sua Importância: algumas concepções	37
4.2	O Turismo Rural, a Agricultura Familiar: mecanismos de desenvolvimento sustentável.....	37
4.3	Agricultura Familiar como Potencial do Turismo Rural: o que dizem as políticas públicas?.....	40
4.4	Turismo Histórico e Cultural, de Aventura e Lazer: algumas concepções.....	45
4.4.1	Turismo Histórico e Cultural.....	45
4.4.2	Turismo de Aventura e Lazer.....	46
4.5	Associativismo: um modelo para agricultura familiar.....	47
5	METODOLOGIA.....	52
6	ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	56
6.1	As Propriedades do Circuito Turístico em Terras Pomeranas e o Turismo: o que dizem os seus proprietários?.....	61
6.2	Tipos de Turismo Oferecidos pelas Propriedades.....	65
6.3	Produtos Oferecidos ao Turista: a cultura das famílias camponesas como atrativo turístico.....	69
6.4	A Diversificação da Produção na Agricultura Familiar e o Turismo Rural: propulsores da sustentabilidade.....	70
6.5	O Turismo Rural como Fonte Geradora de Trabalho e Renda.....	71
6.6	O Turismo Rural e sua Infraestrutura: dilemas, políticas públicas e o desenvolvimento sustentável.....	72
6.7	As Atividades Turísticas e as Perspectivas dos Produtores Rurais..	74
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICES.....	88
	Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido para	

participação em pesquisa.....	89
Apêndice B - Mapeamento das propriedades que compõem o circuito turístico.....	91
Apêndice C - Entrevista semiestruturada.....	92

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, o Brasil ficou conhecido internacionalmente como país exportador de produtos agropecuários, em virtude de sua economia baseada no setor primário. Nesse panorama, observa-se a prevalência dos grandes grupos e latifúndios proprietários das terras e da produção para exportação.

Na década de 1980, em decorrência das inovações tecnológicas ocorridas na produção alimentícia, ainda em grande expansão, os pequenos produtores, com poucos recursos financeiros disponíveis para investimento e ampliação de sua capacidade de produção, perderam espaço no mercado interno em concorrência com grandes latifúndios que, com investimentos diversificados, conseguiam aumentar a produção e diminuir o valor final do produto.

Por outro lado, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Acesso em 23 mar. 2014) apontam que 38% da riqueza bruta gerada pelo setor agropecuário brasileiro eram originários da agricultura familiar. A maior parte do abastecimento do mercado interno foi realizada pelo pequeno produtor rural, proprietário de pequena extensão de terra, que utilizava a mão de obra familiar para concluir os processos de produção dos alimentos.

Diante desse contexto, uma série de políticas públicas foi sendo programada com o intuito de ampliar os recursos e melhorar os resultados obtidos por esses agricultores familiares para o desenvolvimento do agronegócio. Dentre elas, citam-se: estímulo à criação de cooperativas de crédito, distribuição e comercialização dos produtos, abertura de linhas de crédito específicas para esse público, delimitação e definição oficial das propriedades que se enquadravam como de agricultura familiar, entre outras.

Nessas pequenas propriedades houve empenho para desenvolver a atividade turística, descrita pelo Ministério do Turismo (MTur) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como atividade turística realizada no espaço da pequena propriedade rural – o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF).

O empenho desses órgãos possibilitaria o desenvolvimento de atividades turísticas como fator importante para dinamizar a economia de pequenas propriedades rurais e proporcionar melhoria na qualidade de vida da população envolvida. Trata-se da interação do turismo rural, integrando os pequenos empreendedores da agricultura familiar, formada por pequenas propriedades rurais,

como uma das alternativas para o desenvolvimento do potencial turístico dessas propriedades, centrada nos recursos naturais, artificiais e culturais da comunidade local.

Além do turismo de negócio, que traz diariamente visitantes ao comércio local, Santa Maria de Jetibá conta com um clima ameno a frio, uma natureza exuberante da Mata Atlântica, relevo acidentado das montanhas, belas paisagens, grande atrativo para os turistas que vêm de toda parte do Estado e do País. O rio Santa Maria, que corta o Município, abastece parte da Grande Vitória. No seu percurso, há duas barragens artificiais, a de Rio Bonito e de Suíça, que representam um grande potencial turístico ao longo de suas extensões, dada a beleza natural fascinante aos olhos de quem passa por elas.

Em decorrência desse contexto, foi instituído, em 2010, o Circuito Turístico Terras Pomeranas, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo de Santa Maria de Jetibá-ES, que abrangia doze propriedades em fase de estruturação para receber o turista.

Esse panorama, ligado à nossa trajetória acadêmica e profissional como turismóloga no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), no período de 2006 a 2008, provocou em nós o desejo de ingressar no Curso de Mestrado Profissional, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na Faculdade Vale do Cricaré (FVC), para nos aprofundarmos sobre o assunto e contribuir para o turismo rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nessa trajetória acadêmica e profissional, marcada na interface educação e turismo, algumas questões foram levantadas: Que efeitos são produzidos pelo desenvolvimento sustentável na transformação das ações dos pequenos agricultores que fazem parte do Circuito Turístico Terras Pomeranas? Que políticas públicas podem ser implementadas para alavancar o turismo rural desenvolvido por esses agricultores? Que contribuições a atividade turística pode proporcionar à agricultura familiar sob a ótica do desenvolvimento sustentável?

Essas questões suscitaram o objetivo geral desta pesquisa: verificar as implicações do Projeto Circuito Turístico Terras Pomeranas como política de fortalecimento das propriedades rurais com predominância na agricultura familiar e possibilidade de implementação do turismo rural, para agregar renda aos pequenos produtores rurais, na perspectiva da sustentabilidade. Como objetivos específicos:

mapear as propriedades rurais que fazem parte do Circuito Turístico localizadas no município de Santa Maria de Jetibá-ES, situando-as geograficamente e identificando suas atividades comerciais; analisar as políticas públicas municipais destinadas à implementação do turismo rural no Município; verificar a contribuição da atividade turística na agricultura familiar sob a ótica do desenvolvimento sustentável, na perspectiva daqueles que fazem parte do Circuito Turístico.

Na tentativa de responder às questões formuladas e atender aos objetivos propostos, este trabalho foi dividido em cinco capítulos. Em um primeiro momento, logo após a introdução, buscamos, no Capítulo 2, apresentar o contexto da pesquisa, destacando os traços culturais dos agricultores cujas propriedades fazem parte do Circuito Turístico Terras Pomeranas, objeto da pesquisa. No Capítulo 3, destacamos traços específicos da cultura pomerana como atrativo turístico. No Capítulo 4, delineamos os pressupostos teóricos que serviram de base para as discussões acerca de questões referentes ao desenvolvimento da atividade de turismo rural no Circuito Turístico Terras Pomeranas: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável, no município de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, tomando como referência o Programa Turismo Rural na Agricultura Familiar (BRASIL, 2003b), do Governo Federal, elaborado no ano de 2003 para as comunidades com características similares. No Capítulo 5, apresentamos a opção metodológica adotada para a condução desta pesquisa. No Capítulo 6, analisamos, discutimos e interpretamos os resultados da investigação, apontando, nas Considerações Finais, propostas que possam contribuir para o delineamento de políticas públicas voltadas ao turismo rural, com base na agricultura familiar.

2 O CONTEXTO DA PESQUISA: SANTA MARIA DE JETIBÁ

A intenção inicial desta dissertação foi contextualizar a importância da atividade turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável no município de Santa Maria de Jetibá-ES, Brasil. Pretendeu também agregar dimensões socioambientais, podendo transformar-se em uma estratégia alternativa de um desenvolvimento mais sustentável, valorizando e preservando tradições e relações sociais, racionalizando o uso dos recursos naturais e, ainda, gerando renda e aproveitando as capacidades humanas locais (SAMPAIO, 2003).

Para Santos, Couto e Rocha (2005), no Brasil, para esse aspecto do meio rural são direcionadas desde as funções de proteção ao meio ambiente até as funções socioeconômicas que envolvem lazer, cultura, distribuição de emprego e renda. O município de Santa Maria de Jetibá apresenta uma economia diversificada, destacando-se no *ranking* em 2.º lugar como maior produtor de ovos do País, conforme consta no *site* oficial da Prefeitura Municipal, com uma integração forte da agricultura familiar desenvolvida por pequenos agricultores, descendentes em sua grande maioria de imigrantes pomeranos, originários da Pomerânia.

Considerando-se os movimentos de chegada desses imigrantes pomeranos, o Município conta poucos anos de emancipação. Sua história é bem recente. Santa Maria de Jetibá é uma “[...] cidade que nasceu das mãos de imigrantes pomeranos e por isso apresenta características étnicas tão específicas e tão visíveis em contraste com as de outros municípios do estado do Espírito Santo (SILLER, 2011, p. 31)”.

Os pomeranos chegaram em fins do século XIX, atraídos pelas políticas de estado da época. São oriundos de uma região da Europa denominada Pomerânia, que se localiza às margens do Mar Báltico e entre as atuais Alemanha e Polônia.

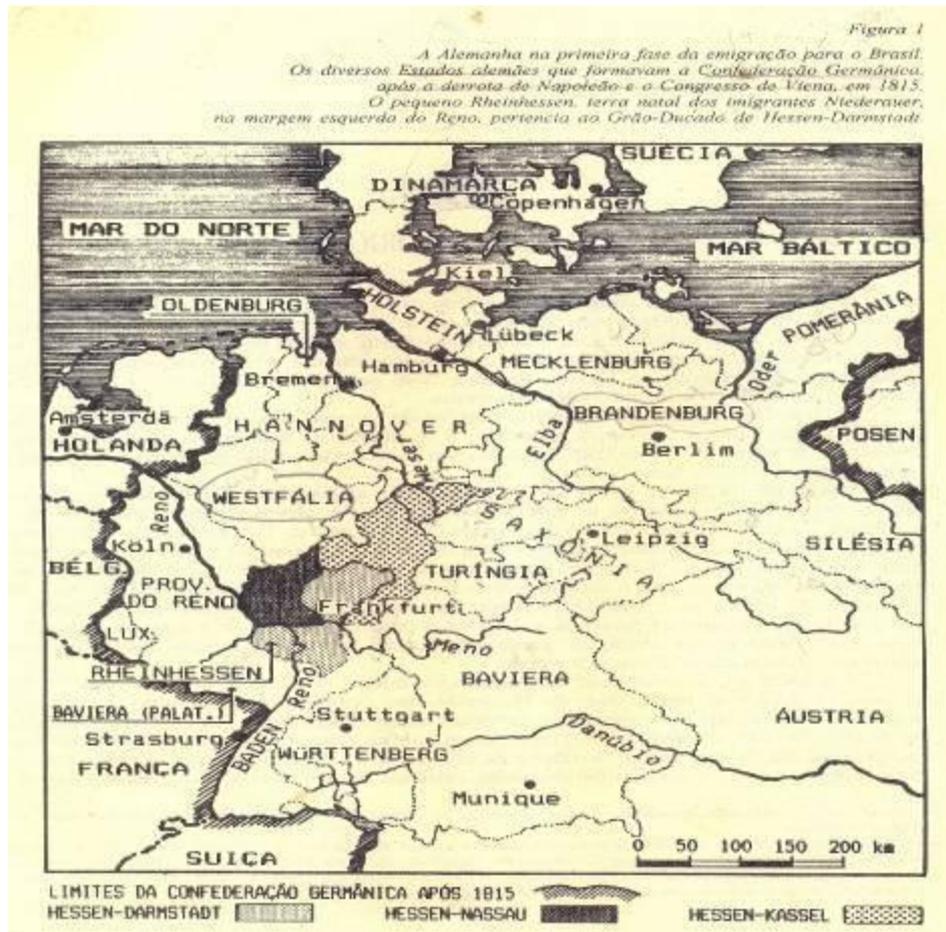


Figura1 – Alemanha na primeira fase da emigração para o Brasil.
Fonte: Brenner (1995, apud SILLER, 2011, p. 22).

No final do século XVII, a Pomerânia encontrava-se sob o domínio prussiano e começou a passar por uma série de situações de ordem social, econômica e religiosa, que foram dificultando a sobrevivência das populações menos favorecidas. Foram esses acontecimentos que levaram grande contingente de pomeranos a emigrar da Europa, em meados do século XIX, em direção a vários países americanos, entre eles o Brasil (ROELKE, 1996). Ainda segundo o autor, a região da Pomerânia era conhecida como uma província forte por sua agricultura: os pomeranos, no fim do feudalismo, foram obrigados a viver em glebas de terras distribuídas pelos senhores feudais aos seus camponeses.

Em situação de miséria, de exploração, de lutas e guerras entre germanos e eslavos, Ocidente e Oriente, entre o artesanal e o industrial, entre a lavoura moderna e a tradicional, entre pequenos camponeses e latifundiários, mais tarde entre o capitalismo e o socialismo, a Pomerânia era apenas mais um campo de

recursos naturais e minerais (carvão mineral) importantes para o desenvolvimento do capitalismo industrial das grandes potências (ROELKE 1996).

Nesse contexto, os pomeranos, desempregados do campo, não tinham nenhuma perspectiva em curto prazo. Além do mais, representavam mão de obra desqualificada. Em resumo, a maior parte dos pomeranos que emigraram para a América era de agricultores com a expectativa de encontrar a “Terra Prometida”, o “Canaã”. Na certeza das promessas divinas, eles atravessaram o oceano e iniciaram a nova vida em território desconhecido.

Ao contrário da Europa, o Brasil precisava povoar as regiões ainda não habitadas em seu vasto território. Desse modo, os representantes brasileiros deram início a um grande processo de imigração, com o objetivo de trazer imigrantes europeus. Segundo Harckbart (2006), a legislação migratória no Brasil estava subordinada à questão da colonização, para a qual o colono seria o imigrante ideal. Na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, que consistia na substituição do escravo pelo trabalhador imigrante, os negros não tiveram acesso ao sistema de colonização. Isso porque eram considerados desqualificados e portadores de uma acreditada inferioridade racial e cultural. Ainda de acordo com Harckbart (2006), o postulado do controle dos fluxos imigratórios estava diretamente associado à imagem do imigrante ideal, conforme consta do Decreto de 16 de maio de 1818, que descrevia os critérios de seleção de imigrantes. Conforme Harckbart (2006, p.19):

[...] o Brasil precisava de trabalhadores brancos e sadios, agricultores do meio rural europeu. O postulado possuía dois aspectos dos quais faziam parte os europeus, que era o branqueamento da população como parte de um processo de caldeamento racial e a assimilação da cultura brasileira.

Os agentes alemães contratados pelo Governo Brasileiro faziam uma grande propaganda de incentivo à imigração, prometendo aos lavradores uma terra maravilhosa e liberdade de culto. Para Jacob (1992, p. 17),

[...] além de todo interesse e propaganda do governo brasileiro, as próprias companhias de emigração faziam na Europa do Brasil um país que “manava leite e mel”. Para quem sonhava com o seu pedaço de chão e um futuro promissor para seus filhos, não poderia existir alternativa melhor. Alimentados por esses sonhos e cheios de esperanças, os imigrantes pomeranos embarcaram em navios sem saber o que o futuro lhes reservava.

Desde 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, essa região não consta mais no mapa da Europa. Com o Tratado de Potsdam, a República Democrática Alemã ficou com a parte correspondente à Pomerânia Anterior e, ao território polonês, foi anexada a Pomerânia Posterior, de onde é originária a maioria dos pomeranos que emigraram para o Espírito Santo.

Os primeiros imigrantes pomeranos chegaram ao Espírito Santo em 28 de junho de 1859, época anterior ao processo de unificação da Alemanha do século IX. As maiores levas, provenientes, em sua maioria, porém, da Pomerânia Oriental, chegaram no início dos anos de 1870, época em que a imigração também cessou. A grande maioria dos pomeranos, todavia, emigrou da Europa para os Estados Unidos e para a Austrália. Estima-se que a população pomerana no Espírito Santo gire atualmente em torno de 120 mil indivíduos e, em termos de Brasil, talvez, ultrapasse 300 mil (TRESSMANN, 1998).

Vencidos os desafios de adaptação, integraram-se à nova realidade novas levas. Cerca de 2.200 imigrantes de origem pomerana chegaram principalmente entre os anos de 1872 e 1873, transformando o Espírito Santo no estado brasileiro com a maior concentração de descendentes de pomeranos no Brasil.

Esses imigrantes trouxeram consigo suas vivências, valores, costumes, religiões, línguas e as culturas das sociedades de origem, o que acabou por alterar a composição étnica da nossa população, transformando-a em multiétnica e pluricultural (SILLER, 2011).

Atualmente, alguns descendentes de pomeranos já perceberam a oportunidade e estão desenvolvendo em suas propriedades a atividade turística, transformando a antiga casa pomerana de sua propriedade em local para recepcionar o turista. É o caso dos proprietários do Circuito Turístico que trabalham com a produção orgânica e a agroindústria e desenvolvem atividades do turismo rural, visitas técnicas, passeios turísticos e turismo pedagógico. Recentemente, um proprietário de uma residência típica pomerana, construída em 1954, passou a oferecer hospedagem e a servir almoço com cardápio pomerano, utilizando produtos da própria propriedade.

Esse contexto permite inferir que a atividade turística pode vir a ser um importante instrumento de conservação e preservação da cultura pomerana, mediante um desenvolvimento planejado e estruturado com a participação da comunidade. Além disso, o Município, que é basicamente rural e de agricultura

De acordo com o Diagnóstico do Patrimônio Cultural do Espírito Santo, o Rio Santa Maria da Vitória e seus afluentes, os rios São Luís e São Sebastião, que cortam o Município, proporcionam um solo apropriado para a produção de hortifrutigranjeiros que, juntamente com as características étnicas e culturais do imigrante pomerano, fortemente ligadas ao cultivo do solo, beneficiam a atividade agrícola do Município.

Vale destacar que a avicultura projetou Santa Maria de Jetibá como o segundo maior produtor de ovos do País, só perdendo para Bastos-SP. Também é responsável por 92% da produção do Espírito Santo, tornando a avicultura de postura comercial empresarial e familiar a principal atividade econômica, gerando 60% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola do Município (ESPÍRITO SANTO, 2005).

A olericultura é a segunda maior atividade agrícola do Município, desenvolvida por 6.000 agricultores, que cultivam praticamente todas as espécies de verduras e legumes, cultura que atinge aproximadamente 30% da produção estadual, colocando o Município no patamar de 23.º lugar do PIB dos municípios do Brasil e de 1.º lugar estadual (IBGE, 2013).

Santa Maria de Jetibá tem uma área de plantação de pés café de aproximadamente 3.000 hectares, concentrada basicamente na Sede, e espaço também para a cultura do gengibre, do eucalipto e da cebola. A cultura do gengibre ultrapassa 10 mil toneladas/ano, atendendo ao mercado interno.

Em relação ao comércio e à indústria, uma variedade de estabelecimentos comerciais concentra-se no Município, os quais estão voltados para os setores de alimentação, vestuário, calçados, produtos farmacêuticos e, principalmente, para insumos agrícolas. Existem, no Município, quatro grandes fábricas com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que produzem ração animal para comercialização, além de um número expressivo de fábricas menores, cuja produção é utilizada para alimentar os plantéis de aves próprios (KRÜGER, 2014).

Santa Maria de Jetibá é responsável por mais de 50% da produção de ovos no estado do Espírito Santo, encaminhada comercialmente para os mais diferentes destinos: 42% para o mercado interno; 32% para o Rio de Janeiro, 18% para a Bahia e 8% para Minas Gerais. (KRÜGER, 2014). Já os produtos hortifrúteis vêm atendendo aos mercados das diversas regiões brasileiras.

O Município destaca-se também pela biodiversidade e pela extensa cobertura vegetal de Mata Atlântica e mata ciliar ainda existente. Sua topografia é montanhosa, e a dificuldade em torná-la produtiva possibilitou a preservação de algumas áreas expressivas da Mata Atlântica, protegendo fauna e flora variadas e ocupando, aproximadamente, 35% do território do Município (ESPÍRITO SANTO, 2005).

3 A CULTURA POMERANA COMO ATRATIVO TURÍSTICO

Santa Maria de Jetibá oferece grande potencial turístico, principalmente nos aspectos culturais, naturais e da agricultura familiar, com um número significativo de proprietários rurais interessados em desenvolvê-lo em suas propriedades. No entanto, as ações voltadas para as atividades turísticas encontram-se desarticuladas, necessitando de concentração de esforços práticos e eficazes.

A inclusão do Município no cenário do turismo estadual e nacional contempla os valores culturais e singulares característicos do povo pomerano que ali reside. Em Santa Maria de Jetibá integram-se cultura, história e agricultura familiar, atestando a criação do Circuito Turístico Terras Pomeranas. Ali se desenvolve uma farta produção na agroindústria que motiva o turista na busca de novos conhecimentos, interação e satisfação da curiosidade cultural.

Por ser um município colonizado por imigrantes pomeranos, suas manifestações culturais destacam-se em todas as atividades e momentos do cotidiano do Município, nas tradições, no folclore, nos saberes, na língua, nas festas transmitidas oral ou gestualmente, recriadas coletivamente e modificadas ao longo do tempo, que fazem parte do patrimônio cultural desses imigrantes. De um discurso patrimonial trazido aos “grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização”, estamos trabalhando com a concepção de patrimônio, entendido como um

[...] conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 1).

Esse conjunto dos bens culturais é, atualmente, considerado como “um conjunto de bens materiais e imateriais, que foram legados pelos nossos antepassados, e que, numa perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes” (DIAS, 2005)¹. Ainda segundo este autor, os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio

¹ DIAS, R. **Patrimônio cultural como recurso turístico local**. Texto em primeira versão (mimeo). Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2005.

cultural são considerados “[...] manifestações ou testemunhos significativos da cultura humana, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 1).

Como bens materiais de natureza concreta podemos considerar os monumentos, os sítios arqueológicos, os núcleos urbanos, os acervos musicológicos, documentais e bibliográficos. Como bens imateriais, consideramos as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais a eles associados. O instrumento que preserva o bem material é o “tombamento” e o que preserva o bem imaterial é o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Nessa perspectiva, conhecer, documentar e lutar por políticas públicas para fortalecimento, conservação e restauração dos bens materiais e imateriais dos imigrantes pomeranos são ações imprescindíveis para a garantia de uma vida digna para os seus descendentes.

O valor cultural, a dimensão simbólica que envolve a produção e a reprodução das culturas, expressas nos modos de uso dos bens, foram incorporados à definição do patrimônio. A alteração também se deu em face da constatação de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência apenas as culturas ocidentais, assim como a cultura campesina não pode ser vista como menor diante das atividades industriais (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 2).

Nessa perspectiva, apresentamos a seguir o legado cultural, material e imaterial deixado pelos primeiros pomeranos, que se mantém ainda hoje entre os seus descendentes e que se apresenta no cenário municipal, estadual e nacional como atrativo turístico. Dentre os atrativos turísticos que compõem a tradição pomerana, destacamos as belezas naturais, o relevo, o clima e, principalmente, a cultura do povo, marcada pela língua, pelo casamento típico, pela arquitetura das casas, pelas comidas, pelo artesanato, pelos grupos de metais (coros de trombones) e de danças folclóricas, pelos corais, mutirões e festas típicas da cidade e pela maneira de cultivar os costumes.

A língua pomerana é, indiscutivelmente, o maior fator de integração entre os descendentes de pomeranos. É, portanto, a maior marca cultural do município de Santa Maria de Jetibá. A preservação dos costumes e da identidade do povo pomerano está intimamente ligada à transmissão e à vitalidade da sua língua às

futuras gerações. Essa língua também está presente em outros municípios do Estado onde residem descendentes pomeranos, cujo maior contingente se encontra em Santa Maria de Jetibá.

A língua falada é transmitida no seio familiar desde os tempos da imigração e permanece viva na comunidade. Porém, em virtude das dificuldades encontradas no sistema de ensino tradicional e do preconceito em relação ao seu uso, principalmente por parte das crianças, há receio de que venha a desaparecer. Felizmente, o Projeto de Educação de Educação Pomerana (PROEPO), que está sendo desenvolvido no Município, tem-se ocupado do resgate da cultura dos imigrantes pomeranos por meio de um trabalho de preservação e valorização da língua, principal meio de integração da cultura local.

Esse trabalho tem-se fortalecido graças ao lançamento, em 2006, com o apoio da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (PMSMJ), do primeiro dicionário mundial da língua pomerana, produzido pelo pesquisador Dr. Ismael Tressmann, o qual vem sendo utilizado no PROEPO do Município.

O acontecimento mais importante nas comunidades pomeranas é a festa de casamento. Trata-se de uma das práticas sociais que atravessa gerações, cujo cerimonial é muito significativo para a reprodução da vida social. Ao lado da gastronomia, bens culturais de natureza imaterial, além de proporcionar fonte de renda para os pomeranos, são produtos de uma atividade tradicional, passada de mãe para filha ao longo dos séculos, elementos fundamentais para a memória e a identidade cultural desse grupo e dessa localidade.

Com relação ao turismo, os visitantes podem sentir-se atraídos por essa prática que lhes é particular, que se apresenta com a figura do convidador de casamento, *hochtijdsbirer*, o ritual nupcial do quebra-louças, *pulteråwend*, a dança dos noivos, *bruuddans*, além do emprego da língua pomerana falada pela maioria dos proprietários rurais.

Quando os proprietários são convidados para uma festa de casamento na região, os hóspedes são incentivados a participar do evento. Idealmente, na quinta-feira à noite é celebrado o ritual nupcial do quebra-louças, cuja finalidade é espantar o mau-olhado e trazer sorte e prosperidade para os noivos, lembrando que é conduzido por uma mulher, *pulterfruug*. Nesse dia, o cardápio consta de sopa de arroz com miúdos de galinha, carne de boi com ossos, aipim e arroz-doce. Na sexta-

feira acontece a festa de casamento propriamente dita, que no passado tinha início às cinco horas, com a troca de roupa pelos noivos.

O convite para o grande evento é feito pelo irmão caçula da noiva. A um mês da festa, ele vai de casa em casa, a cavalo ou de bicicleta, portando uma garrafa enfeitada com pingente, fitas coloridas de cetim e ramos de tuia ou alecrim. Dentro da garrafa há cachaça, que é servida ao representante da família convidada. O rapaz aproxima-se da casa anunciando sua presença com três gritos, depois entra pela porta da sala recitando versos. Se confirmada a presença, o convidador oferece e serve um pequeno gole da bebida, que sela o compromisso da família convidada de participar do grande evento (POTRATZ; TRESSMANN, 2015 p. 24-25). Para comemorar o casamento, destaca-se a gastronomia da cultura dos pomeranos.

No que se refere à gastronomia típica da cultura pomerana, o brote de fubá (pão de fubá, tubérculos), *mijlchebrood*, os diversos tipos de biscoitos, os bolos e sobremesas, tais como a sopa de pêssago, *firsichsupm*, aparecem como principais pratos típicos da culinária do povo pomerano, que, se bem divulgados, poderão atrair muitos turistas para o Município. Para ROELKE (1996, p. 56), essa gastronomia tem origem no ditado popular:

“De Goas is”n narrschen Voagel; tom Frühstück is dat”n baten to vål um to Middag nich recht naug” (o ganso é uma ave tola; para a merenda um pouco grande demais e para o almoço, certamente não o bastante). Em outro ditado pomerano: “Ein pommerscher Magen Kann alles vertragen” (um estômago pomerano tudo consegue aguentar).

Tressmann (2006) destaca um diferencial na receita: acrescentando-se banana nanica, obtém-se o pão de banana, *bananebrood*. Após levedar, a massa é colocada em formas forradas com folhas de bananeira e posta para assar no forno de barro. Há preferência pelo uso do fubá de milho branco, *witemijlche*, produzido no moinho de queda-d’água. Desse modo, o brote pomerano tradicional é um alimento integral, já que é produzido com fubá de milho que não passou por processo de refinamento. Na antiga Pomerânia, consumia-se pão de centeio, seguido pelo de trigo. O milho era cultivado na Pomerânia e destinado à alimentação animal, mas não ao consumo humano (TRESSMANN, 2005).

Nesse sentido, o brote – termo aportuguesado do *Pomeranobrood*, pão – é uma reinvenção do pão de centeio produzido na Europa. Como o clima do Espírito Santo não oferece condições propícias para o cultivo de cereais, como centeio, trigo,

típicos de regiões temperadas, e no início da colonização a farinha de trigo era rara e o centeio inexistente no mercado capixaba, os pomeranos recriaram o pão europeu utilizando ingredientes tipicamente sul-americanos: milho, inhame, cará, batata-doce, aipim; os tubérculos ocuparam o lugar da farinha de trigo, com a finalidade de proporcionar liga à massa.

A mistura de tubérculos ralados e incorporados ao fubá fornece a elasticidade necessária para que a massa se desenvolva e não fique farelenta, formando uma pasta uniforme. Além disso, os diferentes tubérculos conferem ao brote texturas e sabores diferenciados: mais macio, mais adocicado.

Além do *brot*, merecem destaque *spitsbubem* (bolo ladrão), linguiça de carne de boi, queijo tipo puina (coalhada), *blutmurst* (chouriço feito de sangue e miúdos de porcos), batata ensopada, sopa de arroz com leite (*suiiterissup*), arroz doce (*suiiteris*), bolo (*kucerloff*), bolo de banana, geleia de jabuticaba, biscoito de sal amoníaco, sopa de pêssago, pão de banana (banana *brot*), bolo de aipim, biscoito (*siptguebeck*), *gengibier* (bebida feita de gengibre), bolo de coalhada, bolinho de cará (*cará back*), aipim socado.

Com base nos estudos de Souza, Binow e Plaster (2005) e em conversa com mulheres pomeranas, apresentamos abaixo algumas receitas dessa cozinha pomerana.

BOLO LADRÃO SPITSBUBEM

300g de manteiga
210g de açúcar
3 ovos inteiros
750g de trigo
300g de goiabada.

MODO DE FAZER

Misturar bem os ingredientes com exceção da goiabada. Distribuir a massa de forma regular em uma fôrma de tamanho médio. Guardar um pouco da massa para fazer o xadrez após ter colocado a goiabada. Derreter a goiabada com um pouco de água, levando-a ao fogo até ferver. Observar para não deixá-la muito rala. Colocá-la em cima da massa do tabuleiro. Enfeitar a torta em forma de xadrez com a massa que estava guardada. Levar ao forno para assar.

Fonte: Receita fornecida pela Sr.^a Gerda Elizabeth Roelke Potratz.

PÃO DE MILHO (*Milha Brot*)

INGREDIENTES.

1kg de cará ralado
 1kg de aipim ralado
 2kg de inhame ralado
 2kg de batata doce
 2 litros de água fervente
 4kg de fubá branco moído em moinho de pedra
 2 colheres de açúcar
 1½ colher de sopa de sal

MODO DE FAZER

Em uma bacia, misturar o aipim e o inhame, despejar a água fervente, mexer com uma colher de pau, reservar e deixar esfriar. Na bacia onde estão o aipim e o inhame, juntar o cará, a batata doce, o fermento misturado com o açúcar, o sal e o fubá.

Se necessário, acrescentar água só o suficiente para dar a forma à massa. Deixar na bacia fermentando até rachar a massa. Fazer os pães e colocar sobre folhas de bananeira. Deixar descansar por 30 ou 40 minutos. Assar em forno pré-aquecido.

Fonte: Receita fornecida pela Sr.^a Lídia Gums Ramlow.

GINGIBIER (10 litros).

800g gengibre.
 1½kg de açúcar cristal
 1kg de limão galego
 4 colheres sopa de fermento biológico usado para pão.
 2 pimentas do reino
 10 litros de água filtrada

MODO DE FAZER

Lavar bem o gengibre com escova.

Triturar o gengibre. Espremer o limão (não lavar o limão). Socar a pimenta do reino. Colocar tudo em um recipiente limpo, com tampa. Misturar bem até o açúcar derreter completamente. Por último, acrescentar o fermento e não mexer mais. Só mexer após descansar 24 horas. Em seguida coar em um pano limpo.

Fonte: Receita fornecida pela Sr.^a Rosinéia Gums Marquardt.

É preciso dar visibilidade a essa cozinha pomerana, simples, mas de qualidade, com uma variedade que marca a gastronomia dos primeiros pomeranos que aqui chegaram e que aparece ainda hoje nas mesas dos seus descendentes, principalmente daqueles que estão concentrados no meio rural, de forma a preservar os costumes e tradições; uma gastronomia que se torne um atrativo turístico a mais no município de Santa Maria de Jetibá, aumentando a fonte de renda dessas pessoas.

A música sempre foi a principal forma de lazer desse povo, o que pode ser evidenciado pela existência de “[...] 23 grupos de trombonistas com, aproximadamente, 800 componentes; 13 grupos de danças folclóricas e 100 tocadores de concertinas, distribuídos em cada canto do município” (SILLER, 2011, p. 45), tornando-se um grande potencial turístico em Santa Maria de Jetibá.

A ideia da formação de um coro de trombones partiu do segundo pastor da Comunidade Eclesiástica de Santa Maria de Jetibá, Sr. Hermann Roelke, em 1926. Como tinha grande influência e muitos contatos com instituições na Alemanha, encomendou os primeiros instrumentos de metal branco: contrabaixo, tenor, primeira e segunda voz. Foram pagos por Henrique Dettmann², um dos trombonistas, no valor de 15 mil réis, pois a comunidade não tinha dinheiro suficiente para saldar o compromisso assumido. Mais tarde, com o dinheiro da Festa da Colheita, foram adquiridos outros instrumentos.

O Coro de Trombones de Santa Maria de Jetibá logo ganhou importância e tornou-se bastante conhecido, incentivando a formação de outros grupos, em outras regiões, como, por exemplo, no município de Santa Leopoldina-ES. No ano de 1928, tocaram pela primeira vez com a participação de doze componentes. Somente em 1933, o Coro de Trombones dinamizou-se, participando de atividades também fora da paróquia, já com a inclusão de outro professor e o segundo maestro, Germano Mierstchink. Em 1934, o Coro de Trombones contava dezesseis integrantes. Nas apresentações, trajavam um terno escuro, camisa clara e gravata preta. Atualmente o uniforme é de cor bege. Também da Igreja Luterana, o Senhor Franz Boldt (*in memoriam*), que fez parte do Coro de Trombones por mais de cinquenta anos, testemunhou sobre o surgimento e crescimento desse grupo.

² Pomerano, membro do Coro de Trombones da Igreja Luterana, Santa Maria de Jetibá-ES.

No início, o Coro de Trombones usava como meio de locomoção um caminhão de marca Ford, ano 1929. A despesa com gasolina era por conta de cada membro. Compravam duas caixas de gasolina contendo duas latas de vinte litros, perfazendo a importância de 30 mil réis cada caixa. Percorriam grandes distâncias, permanecendo vários dias fora de casa. Mesmo com situações difíceis, os componentes do Coro de Trombones sempre participavam com maior alegria (PORTAL LUTERANOS, 2015).

Nos dias próximos à Páscoa, para maior entrosamento do grupo, os componentes saíam a pé e caminhavam longas horas por picadas íngremes, até o amanhecer, para chegar ao ponto mais alto da cidade a fim de que a população pudesse ouvir o som que emitiam. A maioria dos componentes nem usava partitura, pois conhecia as melodias de cor.

Na véspera do Ano Novo, os trombonistas tocavam na Igreja Luterana e no coreto dessa mesma igreja, localizados no centro da cidade. Porém, nem tudo era alegria: esses trombonistas também eram convidados para tocar em momentos fúnebres. O que mais os entristecia era o som dos sinos da Igreja anunciando a morte de companheiros que durante anos participaram do Coro. Esse grupo se mantém até os dias atuais.

Durante os anos de existência, os trombonistas presenciaram fatos interessantes, dentre os quais destacamos o acontecimento marcante que ocorreu com a inauguração da Capela de Barracão, em 1934. O Coro de Trombones tinha sido convidado para tocar no culto de inauguração, em uma capelinha bem simples, construída com madeira. Em pleno culto, um dos barrotes de sustentação do assoalho, não suportando o peso, trincou, produzindo um forte estalo. Nesse mesmo instante passava um dos primeiros aviões naquela região. Com os barulhos simultâneos do barrote se partindo e do avião que sobrevoava a região, os pomeranos entraram em pânico e, assustados, saíram da capela até pelas janelas, pois pensaram que o avião tivesse jogado uma bomba sobre eles (PORTAL LUTERANOS, 2015).

Outro atrativo turístico que destacamos é a existência de diferentes grupos de danças, herança cultural marcada também pelas músicas apresentadas por eles e incorporadas à cultura popular capixaba.

Na década de 1960, foi criado em Santa Maria de Jetibá o primeiro grupo de dança folclórica. No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, houve o surgimento de grupos representados pelas escolas e associações. Hoje o Município

conta com nove grupos de danças entre pomeranas, alemãs, latinas e, holandesas, além do grupo de capoeira.

Apresentamos também a arquitetura das casas, como parte da tradição dos imigrantes pomeranos, que, embora em pequena quantidade, pode ainda ser vislumbrada em Santa Maria de Jetibá. Tendo como base os estudos de Carvalho (1978), Jacob (2007), Diegues Júnior (1964), Roche (1986) e Siller (2011), verificamos que, por meio da prática do mutirão, foi construída a primeira casa em estilo pomerano: a da família Klemps. Essa casa serviu de abrigo provisório aos que foram chegando depois, por isso ficou conhecida como “Casa da Recepção”.

A arquitetura dessas antigas casas pomeranas traz no azul e no branco as cores da bandeira da antiga Pomerânia, cores que lembram “[...] o azul, o Mar Báltico, e o branco, a neve da região”. Em sua maioria, elas só comportam um andar térreo e são sempre levantadas sobre troncos que as afastam do chão no máximo um metro de altura. Esse espaço não é utilizado como subsolo, a não ser excepcionalmente para abrigar algumas reservas de lenha. São quase todas branqueadas a cal, geralmente revestidas de terra alisada a prancha. O teto que cobre a casa e a varanda é geralmente de tábuas e em duas águas. Raras são as casas cujos tetos não são pintados, e a maior parte das janelas é desprovida de vidro.

A fachada de uma varanda a que se tem acesso por alguns degraus de madeira ou de alvenaria é limitada por uma galeria de madeira à altura do apoio, com grades elaboradas. Uma porta, pelo menos, se abre para a sala; às vezes várias se abrem para os quartos, decoradas com flores, guarnecidas de barro. O estilo enxamel próprio dessas casas, isto é, uma estrutura e esquadrias de madeira visível, com o intervalo preenchido por tijolos vermelhos, foi trazido pelas famílias pomeranas (DIEGUES, 1964; ROCHE, 1986). Sua utilização, hoje, tem-se tornado rara, de um lado pela escassez da madeira especial que exige; de outro lado, pela mudança de *status* social dos descendentes dessa imigração. Embora tragam como elemento típico o estilo arquitetônico da região de sua procedência, aos poucos essas casas foram transformando-se, introduzindo elementos da cultura brasileira e ajustando-se a ela. Quando o imigrante pomerano tem recursos suficientes para construir uma segunda casa, a primeira torna-se um depósito, ou moradia de empregado, de filhos. O seu madeiramento também pode ser vendido para

comerciantes que vêm até de outros estados e o utilizam na fabricação de móveis e de ou caixões.

Concordo com Siller (2011), para quem as casas de imigração pomerana precisam ser conservadas vivas e intactas e não podem ficar à deriva, porque representam o documento vivo da formação desses imigrantes. A autora considera também que essa tarefa precisa ser encarada com persistência e muita determinação, com criação de estratégias claras e definidas para a obtenção de êxito. Destaca ainda a necessidade de se criarem políticas de preservação positiva que direcionem benefícios fiscais e alguma isenção de tributos aos proprietários dessas casas, alguns deles bastante pobres, para que possam manter e conservar seus próprios imóveis, que são o patrimônio do Município e podem ser vistos e admirados por todos.

O Museu de Imigração Pomerana está instalado em uma casa típica pomerana, construída na década de 1930, e, durante muitos anos, serviu como a Estação de Fruticultura. Esta muito contribuiu na transformação agrícola do Município. O Museu foi inaugurado em 20 de julho de 1991, durante as festividades da 11.^a Festa do Colono. Apresenta, por meio de exposição, em ordem cronológica, de painéis, mapas, documentos, fotografias e objetos, a situação socioeconômica e política da Pomerânia do século XIX, que motivou os pomeranos a emigrar, e mostra a história da chegada deles a Santa Maria de Jetibá.

A Barragem do Rio Bonito constitui-se num dos pontos mais promissores de exploração do turismo no Município, por suas belezas naturais. Inaugurada em 1962 para a produção de energia elétrica, essa barragem forma um lago de 22km de extensão com várias reentrâncias, a uma altitude de 540 metros. Pela Rodovia ES 355 – Afonso Schwab, avista-se boa parte do lago, com seu contorno revestido de remanescentes da Mata Atlântica, que assim preserva a fauna e a flora locais. Em se tratando especificamente dos atrativos turísticos religiosos, destacamos a Festa da Colheita, evento anual que reúne membros das comunidades pomeranas com predominância da religião luterana. Faz parte da tradição dessa religião agradecer a Deus pela qualidade de vida obtida e pela farta colheita ao longo do ano. Como agradecimento, são realizadas exposições de amostras das variedades agrícolas produzidas, utilizadas como enfeite na decoração da igreja onde se realiza o culto do evento.

Para essas exposições, os pomeranos realizam uma rigorosa seleção dos melhores produtos e os doam à Igreja Luterana que, durante essa festa, os leiloam. Os recursos financeiros arrecadados são destinados à igreja organizadora do evento, o qual precisa ser mais divulgado de forma a atrair turistas que não conhecem a tradição religiosa pomerana.

A Festa da Páscoa acontece após a Quaresma, período de quarenta dias que se inicia logo após o carnaval, na quarta-feira de cinzas, e se encerra no Domingo de Páscoa. É um período de meditação durante o qual não se realizam bailes, festas, casamentos e outros eventos. Na Semana Santa, que precede a Festa da Páscoa, não é permitido comer carne, que é substituída por peixes. Na Sexta-Feira Santa, o prato mais utilizado é à base de palmito, que antigamente era servido apenas cozido em água e sal. Com o passar dos anos, alguns descendentes pomeranos, assimilando costume capixaba, passaram a fazer a torta de palmito.

Outro costume bastante difundido nessa ocasião consistia na colocação, pelas crianças, de um prato enfeitado com flores e ramos verdes, na noite do Sábado de Aleluia, num determinado lugar da casa, no qual, segundo a lenda, um coelhinho depositava ovos. No passado, para reviver essa lenda, costumava-se depositar nesse prato ovos de galinha tingidos com corantes extraídos de certas plantas da região. Hoje, os ovos dos coelhinhos foram substituídos pelos de chocolate. No Domingo de Páscoa, é com muita alegria e algazarra que as crianças festejam os ninhos cheios de ovos. Em seguida, toda a família dirige-se à igreja para participar do culto dominical.

Em dias próximos aos da Páscoa, conforme já abordado neste texto, com o objetivo de entrosar ainda mais o grupo de trombonistas, seus componentes saem a pé e caminham longas horas por picadas íngremes. Amanhecem em um dos morros, Marquardt Berg, Vesper Berg, e tocam por algumas horas. O segundo dia de Páscoa é reservado para descanso e em muitas comunidades luteranas celebra-se um culto.

Quarenta dias após a Páscoa, é comemorada, entre os pomeranos, a Ascensão de Nosso Senhor, o Salvador Jesus Cristo, data especial no calendário eclesiástico do cristianismo. A comemoração acontece com feriado municipal decretado por meio da Lei Municipal n.º 913, de 05 de setembro de 2006, alterada recentemente pela Lei Municipal n.º 965, de 09 de maio de 2007. A Ascensão do Senhor aponta para a esperança e a exaltação da humanidade, que aguarda com fé

a volta de Jesus. A missão dos discípulos também é de pregar o Evangelho de Jesus Cristo para a salvação de todos. Por quarenta dias, os pomeranos luteranos celebram a ressurreição de Jesus, que, segundo a fé cristã, apareceu corporalmente em vários lugares e para algumas pessoas.

O Dia da Reforma Protestante é comemorado em 31 de outubro, por ser esta a data em que o monge agostiniano Martinho Lutero³, em 1517, anunciou uma proposta de reforma da doutrina católica em frente à igreja de Wittenberg, na Alemanha.

Lutero e os seus seguidores foram excomungados pelo Papa Leão X em 1520, quando foi consolidada a religião luterana. Temendo a morte por heresia, Martinho se isolou no Castelo de Wartburg durante cerca de um ano. Lá, traduziu os textos bíblicos para o alemão. O dia 31 de outubro, decretado como feriado municipal, é uma das mais importantes datas celebradas entre os pomeranos.

As quatro semanas que antecedem o Natal consistem num período de preparação denominado Advento, em que os membros das comunidades luteranas se preparam, com alegria e esperança, para comemorar o nascimento de Jesus Cristo. Nesse período, confecciona-se uma coroa de ramos verdes, envolta com fita vermelha, na qual são fixadas quatro velas, correspondentes aos quatro domingos do Advento. A cada domingo, acende-se uma vela.

Outro costume tradicional é a festa dos velhinhos (*Altenfest*), que ocorre no terceiro domingo do Advento. Com essa festa, o povo pretende demonstrar o carinho que tem pelos idosos. Isso não significa que eles sejam esquecidos ao longo do ano.

Na véspera do Ano Novo, como parte da tradição pomerana, o grupo de trombonistas faz apresentações na igreja, em frente à Escola. Posteriormente essas apresentações passaram a ser realizadas no coreto da igreja.

Além das festas religiosas, destacamos as festas do colono e pomerana como potenciais turísticos, por atraírem milhares de turistas para o Município. A Festa do Colono é um evento que ocorre anualmente, para homenagear o colono pela passagem do seu dia, 25 de julho. Organizada pela Prefeitura, entidades e comunidades locais, essa festa tem em sua programação exposições de produtos agropecuários, apresentações folclóricas, shows com artistas locais, regionais e

³ Martinho Lutero, em alemão, Martin Luther, foi um monge agostiniano e professor de teologia germânico que se tornou uma das figuras centrais da Reforma Protestante.

nacionais, bailes, venda de comidas e bebidas regionais e atrações voltadas às formas de produção do homem do campo.

A Festa Pomerana, criada em 1990 para comemorar a emancipação política do Município, apresenta como principal objetivo resgatar, cultivar e divulgar as tradições pomeranas. Organizada em parceria com as Secretarias Municipais de Cultura, Turismo e Educação, tem como potencial turístico o desfile pomerano, que conta com a participação das escolas das redes pública e privada, trazendo como foco a história da imigração pomerana. Durante toda a programação, conta também com apresentação de grupos de danças, encenação do casamento pomerano, exposição e venda de artesanatos das mulheres pomeranas, comidas e bebidas típicas, concurso para eleger a beleza pomerana entre as crianças, os jovens, os vovôs e as vovós pomeranas.

Enfim, mediante o contato com essa cultura e com as tradições que foram influenciadas pelo tempo, o turista pode observar as formas expressivas e reveladoras do ser e fazer do povo pomerano.

Diante do potencial turístico apresentado, é possível inferir que o impacto econômico gerado pelo turismo virá a ser um instrumento de sensibilização, quando houver a percepção de que as casas típicas, a cultura, os costumes se tornarão fatores de agregação de valor ao serem inseridos no contexto cultural e turístico.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 CIRCUITOS TURÍSTICOS – CTS E SUA IMPORTÂNCIA: ALGUMAS CONCEPÇÕES

Neste texto, apropriamo-nos da concepção de Circuitos Turísticos como o conjunto de municípios relativamente próximos, que tenham diversos aspectos em comum, singularidades, afinidades culturais, sociais, econômicas, capazes de atrair turistas por meio do desenvolvimento regional de atividades turísticas de forma sustentável (SANTOS, 2004).

Destacamos a importância de se criarem os CTs para colaborar na organização e desenvolvimento dessas atividades, integrando os municípios com potencial turístico, fortalecendo-os e dando-lhes visibilidade. Consideramos esses CTs como meio de desenvolvimento econômico, social e cultural, que estimula a inclusão social da população local, por meio da geração de emprego e renda nos setores ligados ao turismo rural, propiciando assim maior captação de recursos e melhor distribuição de renda.

Concordamos com Santos (2004) e Bolson (2004), quando afirmam que a estruturação de CTs, considerada a sua importância, ainda não tem merecido a devida atenção por parte dos pesquisadores em turismo, salvo algumas exceções.

4.2 O TURISMO RURAL, A AGRICULTURA FAMILIAR: MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O turismo rural foi amplamente difundido no Brasil a partir do final de 1990, fazendo com que um significativo número de empreendedores investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário (BRASIL, 2010b, p. 14). Fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo rural, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais, à sociedade e ao campo afetivo.

Nesta pesquisa estamos trabalhando com o conceito de território, entendido como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais,

como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, no qual se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003a).

O conceito de turismo rural é apresentado nos programas oficiais e por diferentes autores. Nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil é definido como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003a, p. 43)”.

Nesse sentido, refere-se à oferta turística no meio rural que tenha como referência a ruralidade e abrigue propriedades de grande, médio e pequenos portes, como também unidades agrícolas consideradas tipicamente familiares. Surge daí a noção de Turismo Rural na Agricultura Familiar, entendido como

[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (BRASIL, 2004a, p. 6).

Beni (2002, p. 31) conceitua o turismo rural como o “[...] deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas”. Esse pesquisador brasileiro aplica o conceito de turismo ao rural, porém destaca a paisagem e os equipamentos rurais como principais motivadores das viagens.

Rubelo e Luchiari (2005, p. 214) também apresentam um conceito de turismo rural próprio e bastante abrangente, entendendo-o como

[...] a somatória de possibilidades que permite ao turista conhecer as práticas sociais das famílias rurais, a cultura rural, o contato com as atividades do campo, com a natureza, com a herança material, expressa ainda nos objetos utilizados para desenvolver as atividades de produção agrícola e o saber local.

Novaes (2004) apresenta a definição de turismo rural da Organização Mundial do Turismo (OMT), que também destaca o turismo como atividade complementar e integrada à agropecuária. O turismo rural refere-se a lugares em funcionamento (fazendas ou plantações) que complementam seus rendimentos com algumas

atividades turísticas, oferecendo geralmente alojamento, refeições e oportunidades de adquirir conhecimentos sobre as atividades agrícolas (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 1993).

Nesta discussão, apresentando uma percepção científica do ponto de vista da geografia, Rodrigues (2003, p. 103) afirma que o turismo rural estaria correlacionado com “as atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural, diferenciando-se das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade”.

Baidal (2000, p. 78) percebe limitações diante da implantação do turismo rural sustentável e, assim como nós, destaca a ênfase dada ao devir.

Afirmar que o turismo rural é um turismo sustentável, que respeita o meio ambiente e a cultura local, constitui uma expressão de como deveria se desenvolver o turismo rural, mas, evidentemente, não implica que todos os desenvolvimentos turísticos rurais vão se desenvolver sob esses parâmetros.

Nessa lógica, Lousada (2007, p. 60) acrescenta: “O turismo rural depende da estruturação de vivências, experimentações, atividades interativas que permitam a troca de informação, conhecimento e emoções entre visitante, visitado e comunidade receptora”.

Dessa forma, a considerar os autores citados, o turismo rural está necessariamente vinculado às características do meio rural (produção agrícola, pecuária, paisagens rurais com vegetação nativa e secundária, arquitetura rural, contato direto com o modo de vida dos habitantes do campo, cultura, entre outras).

Assim, a importância que o turismo rural e a agricultura familiar têm para a geração de receitas de um país, de um estado e de um município é incontestável, mas algo que tem sido alvo de questionamento é se a atividade turística, através de todos os números expressos por meio de dados de instituições responsáveis e pelos governos, proporciona realmente um crescimento que atinja as mais variadas camadas da sociedade, fazendo com que essas divisas circulem de maneira equitativa, não esquecendo os impactos ecológicos, sociais, culturais que devem ser valorados no resultado final.

O turismo com ênfase no desenvolvimento local precisa estar voltado para as peculiaridades do território e da comunidade. Buarque (2004, p. 25) salienta:

O desenvolvimento local é um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria de qualidade de vida da população

em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais, contribuindo para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade competitiva da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida local.

No entanto, é importante a participação e mobilização da população no planejamento, organização e desenvolvimento do processo, pois são poucos os trabalhos e as iniciativas destinados a sensibilizar e educar turisticamente os residentes da região. Pode-se viabilizar esse processo por meio de programas de sensibilização e educação turísticas, e/ou promover e criar espaços para a participação efetiva nas discussões e definições do desenvolvimento turístico local.

4.3 AGRICULTURA FAMILIAR COMO POTENCIAL DO TURISMO RURAL: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

O turismo na agricultura familiar ocorre em propriedades voltadas para a valorização do modo de vida rural, com agricultores dispostos a compartilhar seus modos de vida e costumes, oferecendo produtos e serviços locais. Há também uma busca pelo resgate da gastronomia típica, que pode auxiliar na conservação da herança das gerações passadas (BRASIL, 2008).

A primeira política do Governo Federal voltada exclusivamente para a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. Esse Programa tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, e melhorar o uso da mão de obra familiar no Brasil (BRASIL, 2010a).

O PRONAF teve início com discussão entre agricultores familiares rurais sobre a necessidade de crédito, tanto para o custeio da safra ou atividade agroindustrial quanto para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Embora seja um programa específico, criado para atender a um grupo de agricultores com demandas muito particulares, como visto na introdução, o PRONAF beneficia-se do crédito rural brasileiro, sujeitando-se às regras que compõem o Manual de Crédito Rural (MCR).

Lima e Silva (2011, p. 6), ao citarem Grzybowski e outros (2006, p. 8), reafirmam a importância desse Programa, quando expõem:

O Pronaf foi criado para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos(as) trabalhadores(as) rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários.

Coordenado pelo MDA, esse Programa oferece uma linha de crédito para subsidiar financeiramente os projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais e também com as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (PÉRSICO; RESENDE, 2011).

As famílias, ao buscarem esse financiamento, procuram o sindicato rural ou o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é utilizada como um instrumento de identificação do agricultor familiar, obrigatório para acessar políticas públicas que vão direcioná-lo à linha de crédito à qual tem direito. O DAP mostra a que grupo a família pertence e possibilita outros benefícios assegurados pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA, a exemplo da compra direta, da comercialização de matéria-prima do biodiesel, entre outros (PÉRSICO; RESENDE, 2011).

Para participar desse Programa, é necessário ser agricultor familiar – proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros (agricultor que tem direito à metade do que produz para o dono do terreno) –, utilizar mão de obra familiar e manter até dois empregados permanentes. Além disso, não deve deter, a nenhum título, áreas superiores a quatro módulos fiscais, e deve considerar, no mínimo, 80% da renda bruta familiar anual como provenientes da atividade agropecuária e não agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo.

Com a criação do PRONAF, veio o reconhecimento institucional, a importância dos agricultores familiares no Brasil, os quais foram historicamente excluídos das políticas de desenvolvimento rural. A chegada do PRONAF também implicou maior democratização das políticas de desenvolvimento rural, permitindo aos agricultores familiares (além de pescadores, extrativistas e outras categorias) ter

acesso ao crédito rural subsidiado. Nessa direção, é possível afirmar que houve forte mudança no tratamento da agricultura familiar por parte do Estado.

O sucesso do PRONAF está atrelado à diversidade de linhas de financiamento voltadas para finalidades específicas: PRONAF Agroindústria, PRONAF Agroecologia, PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Jovem, PRONAF Mulher, entre outras.

Outra política que vem impulsionando e incrementando o turismo rural e merece destaque é o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), criado a partir de iniciativa da Rede TRAF. Para dar apoio aos agricultores familiares interessados em implementar atividades turísticas, foi criada, em 2003, uma linha de crédito denominada PRONAF Turismo Rural. O PNTRAF foi criado em 2004 com o objetivo de

[...] promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida (BRASIL, 2004a, p. 13).

A Rede TRAF é uma organização nacional de articulação, constituída de técnicos, instituições e agricultores organizados que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de “fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2004a, p. 7). É também um espaço para sistematizar informações de todo o País, formando um banco nacional de dados, canal de debates sobre questões relevantes para o desenvolvimento do TRAF e de troca de experiências entre os atores envolvidos (BRASIL, 2003b).

Buscando avançar no debate e na implantação do turismo rural na agricultura familiar no Brasil, em 2003 a Rede TRAF definiu os princípios de conduta dessa modalidade de turismo, quais sejam:

- ser um turismo ambientalmente correto e socialmente justo;
- oferecer produtos locais;
- valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural;
- incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta pelo agricultor;
- contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate e manutenção da autoestima dos agricultores familiares;

- ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar;
- proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural;
- estimular o desenvolvimento da agroecologia;
- ser desenvolvido de forma associativa e organizada no território.

Em virtude do papel pioneiro da Rede TRAF e da influência de técnicos e extensionistas rurais a ela vinculados, o Estado passou a apoiar, como uma de suas principais ações, a Rede TRAF, que tem como objetivos:

- a) debater questões relevantes para o desenvolvimento do TRAF;
- b) subsidiar o Poder Público na definição de políticas e em sua implementação;
- c) subsidiar o planejamento governamental e o planejamento integrado das atividades executadas pelas instituições de apoio ao TRAF;
- d) propor medidas visando superar desafios enfrentados pelo TRAF;
- e) servir como canal de articulação permanente entre os interessados no desenvolvimento do TRAF;
- f) promover o intercâmbio de experiências entre os atores envolvidos;
- g) criar linhas de crédito para o turismo no PRONAF (BRASIL, 2003b).

O papel da Rede TRAF na adoção do PNTRAF é de suma importância, pois, além das experiências empíricas vivenciadas por técnicos, agricultores e outros atores, toda a fundamentação teórica e conceitual presente no Programa advém das oficinas e debates promovidos pelos membros da Rede. O próprio conceito de turismo rural na agricultura familiar adotado pelo MDA foi elaborado pela Rede TRAF e é entendido como

[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (BRASIL, 2004a, p. 8).

Oficialmente, o TRAF “[...] caracteriza-se pela utilização das atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, sob a forma de demonstrações, explicações e vivências das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo” (BRASIL, 2004a, p. 9). Esse Programa busca combinar o desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Propõe ainda uma integração dos agricultores familiares aos mercados locais.

Enfim, é possível inferir que essas políticas têm como principal meta atingir a sustentabilidade por meio do fortalecimento do TRAF e de outras ações que insiram os agricultores familiares nos mercados, além de trazer ainda benefícios econômicos, culturais e sociais para o agricultor familiar, abaixo descritos:

Do ponto de vista econômico, a inserção da atividade turística na agricultura familiar pode aumentar a renda, principalmente com a comercialização de produtos feita diretamente ao consumidor/turista. Do ponto de vista cultural, o turismo possibilita a valorização da agricultura familiar, uma vez que a sua cultura torna-se [sic] o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da autoestima da população. Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade (BRASIL, 2004a, p. 5-6).

Do ponto de vista ambiental, entre os benefícios advindos do TRAF pode-se observar o uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que tais recursos passam a constituir atrativos turísticos. O ambiente também é beneficiado com a produção agroecológica, que contribui para a qualidade de vida dos agricultores e dos visitantes.

Dessa forma, na busca por fazer do TRAF um motor para o desenvolvimento rural sustentável, o Governo definiu os princípios básicos que norteiam o PNTRAF (BRASIL, 2004a, p. 12-13):

- a prática do associativismo;
- a valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
- a inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- a gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- o estabelecimento das parcerias institucionais;
- a manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do turismo rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- o comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- a compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- a descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

Fica, portanto, evidente, nos objetivos e princípios da rede TRAF, que o turismo rural na agricultura familiar prima pela melhoria da qualidade de vida desses agricultores familiares. Assim, entendemos que todas as ações relacionadas a esse tipo de turismo devem tê-los como maiores beneficiários, e não a outros atores sociais que porventura se apropriem dos recursos e incentivos públicos direcionados a essa prática.

O TRAF, como muitos autores denominam, privilegia a visitação quando a unidade agrícola familiar apresenta aspectos pitorescos e peculiares à forma de produção agrícola, à organização familiar do espaço, a particularidades relacionais entre os indivíduos familiares. Por fim, o conceito de sustentabilidade aplicado ao turismo rural envolve questões, tais como valorização da cultura, uso consciente do ambiente, adequação a sistemas próprios de desenvolvimento pautados nas características locais, planejamento participativo, além da promoção de política ambiental e sociocultural adequada ao espaço.

4.4 TURISMO HISTÓRICO E CULTURAL, DE AVENTURA E LAZER: ALGUMAS CONCEPÇÕES

4.4.1 TURISMO HISTÓRICO E CULTURAL

De acordo com o MTur, turismo cultural são “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2009, p. 12).

O patrimônio histórico e cultural compreende

[...] os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros (BRASIL, 2009, p. 14).

A definição de turismo cultural está relacionada

[...] à motivação do turista, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em apreender e entender o objeto da visitação; a segunda corresponde às experiências participativas, contemplativas e de entretenimento que ocorrem em função do objeto de visitação (BRASIL, 2009, p. 12).

A atividade turística, segundo Martins (2002, p. 51), tem em seu centro um homem que está num meio físico e é rodeado por uma cultura. “Esse lugar, com sua cultura e o ambiente transformado para garantir a sobrevivência, se torna atrativo e turisticamente viável”.

Além disso, outros recortes, como turismo cívico, religioso, místico/esotérico e étnico, também são considerados segmentos específicos do turismo cultural, o que gera amplas oportunidades para se desenvolverem roteiros adaptados a diversos gostos e necessidades tanto do turista nacional quanto do estrangeiro. Nos Cadernos e Manuais de Segmentação do Ministério do Turismo, encontram-se os seus principais atrativos: sítios históricos – centros históricos, quilombos; edificações especiais – arquitetura, ruínas, obras de arte; espaços e instituições culturais – museus, casas de cultura; festas, festivais e celebrações locais; gastronomia típica, artesanato e produtos típicos; música, dança, teatro, cinema; feiras e mercados tradicionais; saberes e fazeres – causos, trabalhos manuais; realizações artísticas – exposições, ateliês; eventos programados – feiras e outras realizações artísticas, culturais, gastronômicas; outros que se enquadrem na temática cultural.

4.4.2. TURISMO DE AVENTURA E LAZER

O turismo de aventura compreende os aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista e pressupõem o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre os praticantes e com o ambiente. Nesse contexto, o turismo de aventura define-se como “[...] os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRIZOLLA, 2006, p. 39).

Etimologicamente, a palavra aventura – do latim *adventura*: o que há por vir – remete a algo diferente. Para fins deste conceito, consideram-se atividades de aventura as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios, riscos avaliados, controláveis e assumidos, que podem proporcionar sensações diversas: liberdade, prazer, superação, entre outras, a depender da expectativa e da experiência de cada pessoa e do nível de dificuldade de cada atividade. As atividades denominadas esportivas, sejam de aventura ou não, quando entendidas como competições, são definidas como modalidades esportivas e tratadas no âmbito do segmento denominado turismo de esportes.

A prática de atividades de aventura, aqui abordadas como o atrativo principal do segmento de turismo de aventura, pode ocorrer em quaisquer espaços – natural, construído, rural, urbano – estabelecidos como área protegida ou não (BRASIL, 2009, p. 38). Para Ramos (2005, p. 470-475), o turismo de aventura implica.

[...] atividades de lazer e viagens que são contratadas na esperança de produzirem uma experiência de aventura recompensadora, que poderá ser de natureza intensiva e envolverá as emoções do turista que pratica a atividade [...] Resultará em riscos e desafios físicos [...] esses desafios vão além da natureza física, pois, durante uma situação de risco, o participante enfrentará e terá que decidir partir de suas habilidades técnicas, intelectuais e sensitivas. Os turistas devem experimentar novas sensações, quebrar paradigmas, romper barreiras psicológicas, sociais, interpessoais, entre outras.

John Swarbrooke e outros⁴, estudiosos em turismo, comentam em seus trabalhos sobre ecoturismo e turismo de aventura, com maior cuidado para este último, que “[...] incerteza é um dos fatores determinantes de um desafio, ela pode ser criada de inúmeras formas. A presença do perigo que, por sua vez, gera o risco, assegura a imprevisibilidade do resultado” (SWARBROOKE et al., 2003, p. 7). Os turistas que buscam essa categoria de turismo querem, entre outros fatores, exclusividade, pois quase sempre formam pequenos grupos, às vezes de amigos. São indiferentes ao conforto, pois entendem que o contato com o meio físico, as instabilidades climáticas e outras privações fazem parte do desafio e exigem um alto nível de planejamento das atividades por parte das operadoras.

4.5 ASSOCIATIVISMOS: UM MODELO PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Andrade (2005), o associativismo surgiu nos primórdios da humanidade, quando o homem percebeu a necessidade de viver em grupos para caçar, se defender e cultivar. Na era industrial, foi obrigado a se organizar para enfrentar as condições precárias de trabalho, e, na era atual, era do conhecimento, considerou ser necessário buscar o desenvolvimento econômico e social através de grupos estruturados e preparados.

O associativismo, de acordo com Alencar (1997, p. 7, apud LAZZAROTTO, 2000), refere-se à atividade humana desenvolvida em um grupo social constituído

⁴ Conceito elaborado pela Rede TRAF durante a oficina regional de turismo rural na agricultura familiar, em BH-MG (2003), e adotado pelo MDA.

por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais. Dentre os objetivos das associações, o autor destaca o de representação dos interesses dos associados, considerado central pelo menos nos estatutos. O associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade.

Conforme Pinho (2007), as associações assumem os princípios de uma doutrina denominada associativismo, que expressa a crença de que, juntos, se podem encontrar melhores soluções para os conflitos que a vida em sociedade apresenta. Os princípios do associativismo são a adesão livre, tal como é livre a saída do movimento associativo, e o funcionamento pautado na equidade entre os seus membros, traduzida na expressão “um associado, um voto”, além do fato de que as associações resultam sempre de uma congregação de esforços, em primeiro lugar dos fundadores e, depois, de todos os associados.

Esses princípios são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, clubes. O que vai basicamente diferenciar a forma jurídica de cada tipo de associação são os objetivos que se pretende alcançar (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2012).

O espaço participativo de uma associação é formado por diferentes visões de mundo e concepções de realidade. É, ainda, um dos acessos da comunidade aos acontecimentos políticos e econômicos, desempenhando um papel relevante na medida em que capacita os participantes a tomarem decisões a partir das próprias experiências (ARAUJO; TOLENTINO; THEOPHILO, 2009). “O trabalho coletivo e o uso de práticas solidárias podem facilitar o processo produtivo, além de propiciarem melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas, extensionistas e com a sociedade de maneira geral” (LAZZAROTTO, 2000, p. 1).

Para Moraes e Curado (2004, p. 2-3), as associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade à qual pertencem. O princípio da participação social é determinante no processo de conquistas materiais. Nesse aspecto, interessa que a

comunidade tenha condições de usufruir os bens e serviços materiais conquistados pela organização.

É importante ressaltar que o simples fato de participar de uma cooperativa ou associação não indica necessariamente que o agricultor tenha tido todas as suas necessidades atendidas e consolidadas. No entanto, pode indicar que se encontra em um processo de organização, já que, por meio do grupo, terá teoricamente mais forças para reivindicar seus direitos (CORRÊA, 2008, p. 14).

Segundo Moraes e Curado (2004, p. 3), uma alternativa para o fortalecimento da territorialidade e uma dinamização maior das associações rurais encontram-se na identificação da realidade social, mediante análise coletiva dos problemas e das potencialidades locais. A construção de redes de solidariedade pode ser uma saída alternativa, promovendo a interação entre grupos sociais com interesses numa mudança significativa nos padrões de decisão e elevando as possibilidades de autonomia cultural das comunidades rurais.

Leonello e Cosac (2008, p. 12) reforçam ainda que o associativismo, assim como outras formas de movimentos sociais, tem suas especificidades e características, pois existem diferenças regionais no grau de sua implementação, compreensão, organização e planejamento, o que denota falta de educação formal para que se alcance, no Brasil, o desenvolvimento desse tipo de ação.

Ao mostrar os problemas enfrentados pelo associativismo brasileiro, Aguiar (2007) aponta fragilidades relacionadas especialmente à forma participativa de gestão e aos objetivos dos grupos, porém, na maioria dos casos, esses problemas revelam-se economicamente viáveis, pois ampliam as oportunidades de trabalho, de produção agrícola e de renda ante a limitação de políticas públicas que as estimulem. “Nos últimos anos, são inúmeras as discussões, projetos e ações desencadeadas por profissionais de diversos segmentos buscando consolidar planos estratégicos para o desenvolvimento regional com base nas potencialidades de cada Estado brasileiro” (AGUIAR, 2007, p. 91).

Para Santos e Lima (2006, p. 131-132), os desafios enfrentados pelo associativismo em contextos populares nascem no âmbito das discussões recorrentes, conforme identificados no Encontro Mundial de Desenvolvimento Local Sustentável, realizado no Canadá, em 1998, em que aparecem, entre outros.

[...] o de mobilizar os habitantes em uma dinâmica associativa; o desafio de harmonizar os enfoques e ações dos associados que têm culturas diferentes, com competição entre elas, fazendo com que a associação seja assumida por eles; a inadaptação dos associados aos instrumentos escritos, nos contextos de tradição oral; o desafio de envolver a população em atividades econômicas mais complexas e que os projetos fiquem sob o controle da população e não dos técnicos; e o desafio de viver um projeto de forma coletiva, considerando as diferenças e as dificuldades de integração de valores e princípios.

Considerando-se tais princípios, é possível afirmar que o PNTRAF tem seu foco na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, pois valoriza o agricultor familiar, busca fazer do turismo uma atividade complementar à agricultura e é uma alternativa de emprego e renda.

Essa concepção de turismo incorpora os valores da ruralidade existentes no pequeno núcleo familiar rural como forma de estimular a atividade turística em ambientes rurais. O TRAF, como muitos autores denominam, privilegia a visitação quando a unidade agrícola familiar apresenta aspectos pitorescos e peculiares, forma de produção agrícola, organização familiar do espaço, particularidades relacionais entre os familiares. A Comissão Brundtland⁵, no Relatório “Nosso Futuro Comum”⁶ definiu desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 23).

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, o termo desenvolvimento sustentável foi detalhado num documento chamado “Agenda 21”. Em 1995, a OMT, juntamente com outras organizações, editou a Agenda 21 para Viagens e Turismo. A Agenda enfatiza a importância de parcerias entre Governo, indústrias e outras organizações, analisando estratégica e economicamente as vantagens da atividade de forma sustentável, além de apresentar o programa de ação dos setores público e privado (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2003, p. 25).

⁵ A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), presidida por Gro Harlem Brundtland, e tem como objetivos reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las.

⁶ O Relatório Brundtland é o documento elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. É conhecido também como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum).

Em documento do PNTRAF, o turismo no espaço rural abrange todos os equipamentos localizados na área rural destinados a atividades de lazer, recreação, esportivas, de eventos, não apresentando, necessariamente, vínculo com a produção agropecuária, nem com a cultura rural (BRASIL, 2004b, p. 7).

Ainda como conceituação, o Governo Brasileiro, em virtude da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, Art. 3.º, compreende a agricultura familiar como o grupo familiar que pratica atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

1. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) fiscais.
2. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
3. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento.
4. Dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

No âmbito governamental, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) apresentam três categorias diferentes de agricultores familiares: os consolidados, os em transição e os periféricos ou de subsistência.

Veiga (2001), grande pensador brasileiro sobre desenvolvimento sustentável, contribui para essa discussão ao afirmar que a agricultura familiar apresenta determinadas características que a diferenciam das diversas unidades e modos de produção agrícola.

No Brasil, existem poucas iniciativas quanto à organização formal de municípios para a promoção do desenvolvimento turístico regional. A princípio, os roteiros vão sendo formados pelos próprios “desbravadores” do local e a comunidade vai adaptando-se a esse fluxo criado informalmente.

5 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as questões metodológicas e os resultados da pesquisa realizada com os agricultores rurais do Circuito Turístico Terras Pomeranas. Analisa a percepção desses sujeitos em relação à atividade turística e às demais implicações no processo de fortalecimento do turismo rural através da agricultura familiar do município de Santa Maria de Jetibá-ES. Além disso, observa o envolvimento desses sujeitos na implantação do turismo rural como elemento dinamizador dos aspectos socioculturais da região.

Ao abordar e explorar a metodologia utilizada, partilhamos o pensamento de Minayo (1994, p. 16), quando afirma que metodologia é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. A autora prossegue afirmando que “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 16).

Desde o princípio, havia o entendimento de que, para compreensão e estudo adequado do tema, seria imprescindível a realização de uma pesquisa qualitativa sustentada na experiência, opinião e sensibilidade dos agricultores entrevistados.

Diante de tal compreensão, seria preciso escolher um viés metodológico de análise das questões necessárias para o entendimento da atividade turística dentro do Circuito Turístico Terras Pomeranas. Seria importante verificar a contribuição da atividade turística na agricultura familiar, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, na perspectiva daqueles que fazem parte do Circuito Turístico como espaço de fortalecimento dos aspectos relacionados à cultura da imigração pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, bem como a visão que os envolvidos tinham da atividade turística em interface forte com a agricultura familiar.

Na pesquisa qualitativa, os dados, ao serem coletados e analisados, exigem do pesquisador flexibilidade e criatividade. Neste momento, com a leitura de autores, tais como Minayo (1994), Luna (1996), Flick (2004) e Goldenberg (1997), dedicados ao estudo da metodologia de pesquisa, foi possível entender melhor e organizar os procedimentos e elementos importantes a serem colocados em prática.

Assim sendo, para atender aos objetivos da pesquisa, utilizamos o método bibliográfico que, segundo Dencker (2003, p. 125), “[...] é desenvolvido a partir de

material elaborado: livros e artigos científicos”, bem como revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos, materiais disponibilizados pela *internet*. Fizemos uso também da pesquisa documental e da pesquisa de campo. Tais modalidades de pesquisa possibilitaram uma revisão teórica do tema, uma aproximação com o assunto a ser estudado e uma análise mais precisa dos dados coletados.

No que diz respeito à pesquisa documental, fizemos uma análise do projeto Circuito Turístico Terras Pomeranas, elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo no ano de 2010, com a intenção de mapear todas as propriedades que faziam parte desse Circuito. A partir desse mapeamento, selecionamos aquelas que tinham recebido a DAP, cujos donos residiam na propriedade. Para Dencker (2003), a pesquisa documental não apresenta nenhum tratamento analítico. Nesse caso específico, este tipo de pesquisa exigiu também uma análise documental envolvendo a legislação federal, estadual e municipal, definidora das políticas do turismo rural, da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável.

Minayo e outros (2004, p. 101), referindo-se ao campo de investigação, afirmam que “a exploração do campo contempla as seguintes atividades: (a) escolha do espaço da pesquisa; (b) escolha do grupo de pesquisa; (c) estabelecimento dos critérios de amostragem; (d) estabelecimento de estratégia de entrada em campo”. Tendo em vista as características do objetivo proposto, o trabalho de pesquisa aqui apresentado foi realizado por meio de duas grandes etapas interdependentes e complementares: uma de caráter teórico e outra de caráter empírico.

A partir desse primeiro momento de coleta de dados e informações, realizamos a pesquisa de campo, com um olhar mais atento aos objetivos propostos para estudo. Nessa perspectiva, enfocamos a percepção dos participantes do Circuito quanto ao seu envolvimento nas questões referentes ao desenvolvimento da atividade turística relacionada com a agricultura familiar. A esse respeito Silva (2003, p. 81) expõe:

As opções instrumentais de coleta de dados dependem dos caminhos a serem percorridos, dos procedimentos a serem desenvolvidos e dos métodos que, com base no ponto de vista epistemológico, devem ser concebidos como modos diversos de abordar a realidade e não apenas meras técnicas.

De acordo com os objetivos deste estudo e com a certeza de privilegiar informações de caráter qualitativo como instrumento de coleta de dados, abordamos os participantes do Circuito mediante um roteiro de entrevistas semiestruturadas, visto como forma mais significativa para o processo amplo da pesquisa, que, conforme ressalta Thiollent (1982, p.85): “[...] é a possibilidade de obtenção de maior profundidade nas respostas, graças à grande abertura das perguntas, aplicadas a um número pequeno de pessoas”.

Minayo e outros (2004, p. 99) afirmam:

O roteiro de entrevista difere do sentido tradicional do questionário. Enquanto este último pressupõe hipóteses e questões bastante fechadas, cujo ponto de partida são as referências do pesquisador, o roteiro tem outras características. Visando a apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, o roteiro contém poucas questões. Instrumento para orientar uma “conversa com finalidade”, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação.

Para atender aos objetivos da pesquisa, realizamos o mapeamento das propriedades rurais localizadas no município de Santa Maria de Jetibá-ES que fazem parte do Circuito Turístico (Apêndice B), situando-as geograficamente e identificando as suas atividades comerciais, inicialmente por meio da análise do Projeto Circuito Turístico Terras Pomeranas, que se encontra na Secretaria Municipal de Turismo. Com esse mapeamento em mãos, mantivemos um primeiro contato por telefone com os produtores rurais residentes nessas propriedades, expondo os objetivos da pesquisa e perguntando se aceitavam fazer parte do estudo. Explicamos que um dos instrumentos utilizados seria a entrevista semiestruturada (Apêndice C), para identificar as propriedades do Circuito Turístico que tinham a DAP e os proprietários que ali residiam, os quais se tornaram sujeitos desta pesquisa.

A entrevista semiestruturada (Apêndice C) é especialmente indicada para o levantamento de experiências. “É preciso lembrar que uma grande parte dos conhecimentos existentes não pode ser encontrada na forma escrita, pois faz parte das experiências das pessoas” (DENCKER, 2003, p. 138).

Os agricultores do Circuito Turístico em Terras Pomeranas sujeitos da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), por meio do qual tomaram conhecimento dos objetivos do estudo e concordaram em

que os resultados e fotos dele decorrentes fossem divulgados em congressos e publicados em trabalhos científicos. De posse das respostas às entrevistas, procuramos preservar as amplas percepções e opiniões dos agricultores que participaram da pesquisa.

O trabalho de análise e interpretação dos dados foi realizado de modo a triangulá-los dialeticamente com os dados de campo, o referencial teórico e as estratégias metodológicas, tendo no centro do triângulo a trajetória pessoal e profissional bem como os interesses da pesquisadora (TRIVIÑOS, 1992).

6 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para atender os turistas, o município de Santa Maria de Jetibá conta com pousadas, sítios, lojas de produtos artesanais e caseiros. Por meio dos resultados da análise empreendida no Projeto Circuito Turístico Terras Pomeranas, cujo objetivo foi mapear as propriedades rurais que fazem parte do Circuito, localizadas no Município, foi possível encontrar quatorze propriedades, situá-las geograficamente, identificando a distância delas em relação à sede do Município, seus endereços e o que é oferecido aos turistas pelos agricultores (Quadro 1).

Continuação

Nome da propriedade	Distância da sede	Endereço/telefone	O que a propriedade oferece
1) AMAR - Assoc. Mantenedora Regional de Artesanatos Pomeranos	Centro	Av. Frederico Grulke, 612 - Centro. CEP: 29.645000 ES. Tel.: 27-9731.1001 27-99963.7389	Bordados, crochê, bonecas, venda de produtos da agroindústria.
2) Broudhuus	3km	São Sebastião de Belém Tel.: 27-99957.6752	Venda de produtos da agroindústria e culinária pomerana: pães, bolos, biscoitos, licores, geleias e outros do Município.
3) Berguinhos Clube	20km	Rodovia Galerano Afonso Venturini - Alto Caldeirão - Santa Teresa-ES. Tel.: 27- 99923.1881 <i>E-mail:</i> berguinhos@hotmail.com	Campo de futebol, piscina semiolímpica, hospedagem, salão de festa, restaurante, criação de tilápia.
4) Pousada Paraíso	3km	Estrada Recreio-ES Tel.: 27-3263.1664	Hospedagem em chalés, restaurante, trilha em mata nativa, espaço para festas e eventos.
5) Produtos Berger	4km	São Sebastião do Meio - Santa Maria de Jetibá-ES Tel.: 27- 99737.8856	Variedades de pães, biscoitos, roscas, tortas, bolo ladrão e bolos de sabores variados.
6) Recanto Mata Verde	6km	Alto Recreio - Santa Maria de Jetibá-ES. Tel.: 27-99925.3168/ 99630.2539	Visita à produção de uvas no sistema colha e pague (dezembro a fevereiro, sob consulta), visita à produção de vinho, elaborado e em processo, e venda desse produto e derivados.
7) Recanto da Natureza	7km	Alto Recreio Tel.: 27-99903.5260/ 99898-0805 Aberto aos sábados e feriados das 10 às 22 horas	Propriedade rural com bar e lanchonete, almoço - comida caseira feita e servida em fogão a lenha (por agendamento), trilha em mata nativa, acesso ao Horto Municipal com visita e caminhada.

Conclusão

8) Sítio Recanto do Jajá	3 km	São Sebastião do Meio - Santa Maria de Jetibá-ES Tel.: 27-99963.0620/ 99659.4125 <i>E-mail:</i> recantodojaja@hotmail.com <i>Site:</i> www.recantodojaja.com.br	Almoço caseiro no fogão a lenha, <i>self service</i> aos domingos, a partir das 11 horas; especialidades: omelete. Lazer rural com apreciação da natureza e da vida rural.
9) Sítio Katiuci	15 km	Alto Rio Triunfo - Garrafão - Santa Maria de Jetibá-ES	Visita à produção de frutas vermelhas.
10) Sítio Renascer	20 km	Garrafão - Santa Maria de Jetibá-ES. <i>E-mail:</i> sitio_renascer@hotmail.com. Tel.: 27-99926.6784	Hospedagem, trilhas, pesca esportiva e colha e pague de morango orgânico.
11) Sítio Rossmann	5km	São Sebastião do Meio	Agricultura orgânica, conforme Lei Federal n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003, agroindústria de café e leite, gestão ambiental e gestão de propriedade sustentável.
12) Sítio Schmith - Sabor e Lazer	16.5km	Rio Possmoser - Santa Maria de Jetibá-ES	Agricultura familiar - visitas, almoço e café rural, passeio de trator, trilha ecológica com possibilidade de observação de animais silvestres, visita ao antigo túnel de garimpo e à nascente, venda de produtos artesanais, como brote de milho, pães, bolos, biscoitos, geleias, licores e mel.
13) Sítio Tesch	18km	Alto Santa Maria-Garrafão-Santa Maria de Jetibá-ES	Por agendamento - grupos de estudantes, produção agricultura orgânica, plantas medicinais, temperos e condimentos aromáticos, informações de cores da terra com fabricação de tintas, informações de associativismo, trabalhos coletivos e feiras, produção - forma organizado por grupos. Recebe grupos diariamente, exceto às sextas e sábados.
14) Sítio Vale Verde	4km	Alto São Luís - Via Vila Nova Zona Rural - Santa Maria de Jetibá-ES	Atendimento a grupos de pesquisa sobre educação ambiental, agricultura orgânica, almoço orgânico para grupos. Com agendamento prévio e hospedagem no sistema cama e café.

Quadro1 – Relação das propriedades que compõem o Circuito Turístico Terras Pomeranas em Santa Maria de Jetibá-ES.

Fonte: Arquivo da Pesquisadora.

O Quadro 1 permite inferir que são propriedades de fácil acesso, situadas a uma distância entre 3km e 20km. Duas estão localizadas próximo à sede do Município, distantes de 3km a 5km, e as outras, entre 6km e 20km. Uma delas fica localizada no município de Santa Teresa, mas atende muito mais ao município de Santa Maria de Jetibá por estar localizada na divisa dos dois municípios.

As respostas à entrevista (Apêndice C) apontaram que, no momento da pesquisa, duas das quatorze propriedades que faziam parte do Circuito haviam sido desvinculadas, o que nos levou a realizar o mapeamento de doze propriedades. Desse total, dez eram aquelas em que seus proprietários residiam e oito estavam prontas para receber o turista. Apenas sete propriedades tinham a DAP, enquanto a outra metade não se enquadrava nas normas estabelecidas pelo PRONAF (Gráfico 1).

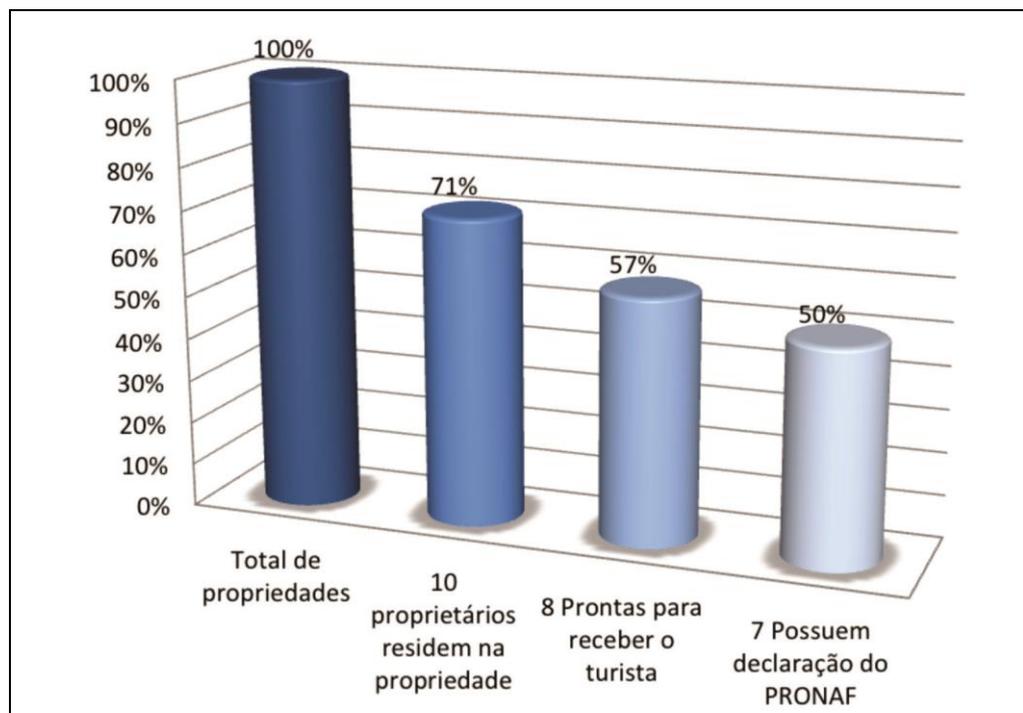


Gráfico 1 – Mapeamento das propriedades do Circuito Turístico Terras Pomeranas.
Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Dessa forma, optamos pela realização do trabalho de campo nas sete propriedades que tinham a DAP, cujos agricultores⁷ têm como atividade principal a agricultura familiar e são membros do Circuito (Quadro 2).

⁷ Por questões éticas, o nome dos entrevistados é fictício.

Nome da propriedade	Distância da sede	Localização	O que a propriedade oferece
1) Berguinhos Clube	20km	Rodovia Galerano Afonso Venturini - Alto Caldeirão - Santa Teresa-ES	Campo de futebol, piscina semiolímpica, hospedagem, salão de festa, restaurante, criação de tilápia.
2) Sítio Katiuchi	15km	Alto Rio Triunfo - Garrafão - Santa Maria de Jetibá-ES	Visita à produção de frutas vermelhas.
3) Sítio Renascer	20km	Garrafão - Santa Maria de Jetibá-ES	Hospedagem, trilhas, pesca esportiva e colha e pague de morango orgânico.
4) Sítio Rossmann	5km	São Sebastião do Meio - Santa Maria de Jetibá-ES	Agricultura orgânica, conforme Lei Federal n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003, agroindústria de café e leite, gestão ambiental e gestão de propriedade sustentável.
5) Sítio Schmith - Sabor e Lazer	16.5km	Rio Possmoser - Santa Maria de Jetibá-ES	Agricultura familiar - visitas, almoço e café rural, passeio de trator, trilha ecológica com possibilidade de observação de animais silvestres, visita ao antigo túnel de garimpo e à nascente, venda de produtos artesanais, como brote de milho, pães, bolos, biscoitos, geleias, licores e mel.
6) Sítio Tesch	18km	Alto Santa Maria – Garrafão - Santa Maria de Jetibá-ES	Por agendamento - grupos de estudantes, produção de agricultura orgânica, plantas medicinais, temperos e condimentos aromáticos, informações de cores da terra com fabricação de tintas, informações de associativismo, trabalhos coletivos e feiras, produção - forma organizado por grupos. Recebe grupos diariamente, exceto às sextas e sábados.
7) Sítio Vale Verde	4km	Alto São Luís - Via Vila Nova Zona Rural - Santa Maria de Jetibá-ES	Atendimento a grupos de pesquisa sobre educação ambiental, agricultura orgânica, almoço orgânico para grupos com agendamentos prévio e hospedagem no sistema cama e café.

Quadro 2 – Relação das propriedades que participaram da pesquisa.

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Os dados do Quadro 2 demonstram que agricultura orgânica, atividades de lazer, gastronomia, hospedagem, agroindústria, artesanato e agricultura convencional são potenciais turísticos dessas propriedades rurais. O Gráfico 2 é ilustrativo.

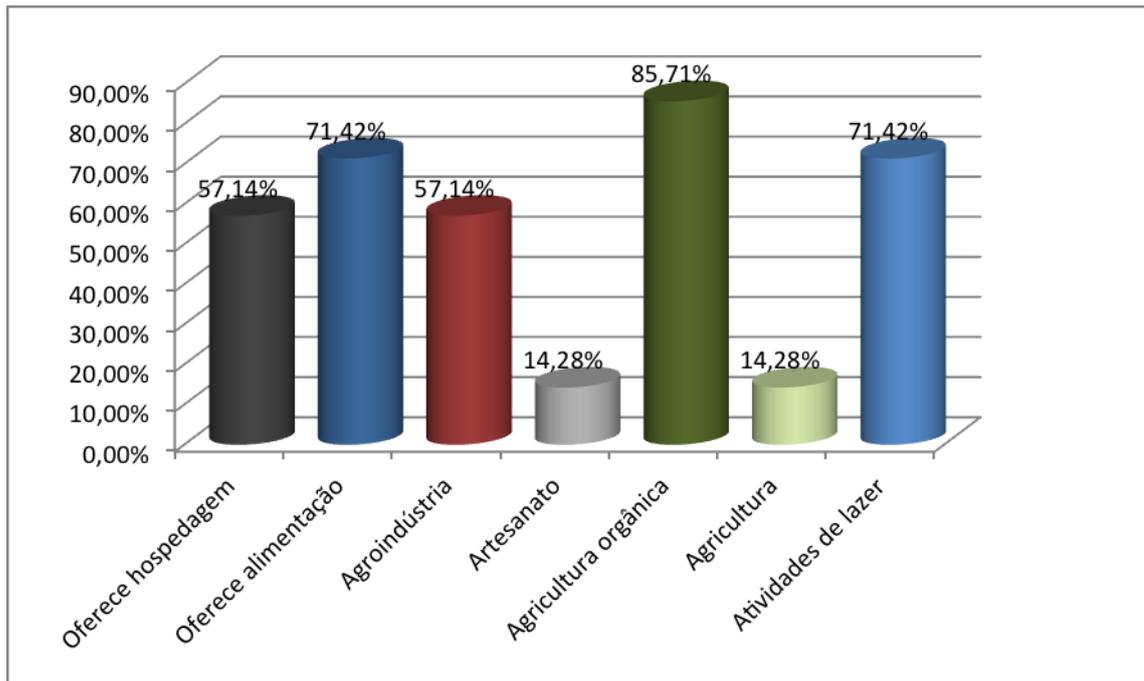


Gráfico 2 – Mapeamento dos serviços das propriedades que compõem o Circuito Turístico Terras Pomeranas.

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

As propriedades que compõem o Circuito Turístico Terras Pomeranas permitem aos turistas conhecer o funcionamento da agricultura familiar e orgânica, da floricultura e da fruticultura (uva, framboesa, morango, amora, entre outros), com direito de se deliciar com produtos típicos da região, se encantar com a cultura pomerana e descobrir a vida saudável e o prazer simples da vida do campo, com beleza exuberante, florestas e cachoeiras e um pouco de aventura. Percebe-se que a vocação turística identificada no “CIRCUITO” é o turismo rural, com especificidades para os aspectos histórico e cultural, de aventura e lazer.

Enfim, a presente pesquisa, denominada Circuito Turístico Terras Pomeranas: Turismo Rural e Agricultura Familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável, desenvolvida no município de Santa Maria de Jetibá-ES, pretende dar visibilidade às propriedades rurais contempladas nesse Circuito, nas quais predomina a agricultura familiar, com vistas a fortalecer o turismo rural e agregar renda aos pequenos produtores rurais, na perspectiva da sustentabilidade.

Com base nos resultados analisados, o retorno às sete propriedades (Quadro 2) portadoras da DAP permitiu coletar dados complementares, através de entrevista semiestruturada (Apêndice C), relativos às percepções e visões dos agricultores que fazem parte do Circuito Turístico em Terras Pomeranas. Esses resultados foram organizados em sete categorias, que serão apresentadas a seguir.

6.1 AS PROPRIEDADES DO CIRCUITO TURÍSTICO EM TERRAS POMERANAS E O TURISMO: O QUE DIZEM OS SEUS PROPRIETÁRIOS?

No segundo momento de retorno às sete propriedades participantes da pesquisa, a entrevista foi iniciada com a seguinte questão norteadora: Você considera a sua propriedade pronta para receber o turista? Os resultados sinalizaram para o reconhecimento de quatro propriedades em condições favoráveis, conforme exposto no Quadro 3.

Propriedades prontas	Propriedades que não estão prontas	Propriedades quase prontas
Sítio Renascer	Sítio Invasores Berguinhos Club	Sítio Katiuchi)
Sítio Rossmann	Sítio Tesch	-
Sítio Schmith-Sabor e Lazer	-	-
Sítio Vale Verde	-	-

Quadro 3 – Situação das propriedades do Circuito Turístico em Terras Pomeranas para atender o turista.

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Argumentos como “qualificação”, “agricultura familiar” bem como variedade de opções oferecidas pelas propriedades foram apontados como fatores determinantes de atração ao turista. Algumas falas são ilustrativas:

Nós e a nossa propriedade nos sentimos preparados para receber os turistas sim. Primeiro, pela qualificação que já recebemos para atender bem os turistas e oferecer produtos e serviços de qualidade. Segundo, pela propriedade que temos, pois nela podemos oferecer ao turista uma diversidade que poucos pontos turísticos podem oferecer, tais como visita à agricultura familiar, visita ao antigo túnel de garimpo, trilha ecológica, apresentação de árvores nativas em extinção, possibilidade de mel, almoço rural e café colonial. Vale também dizer que nossa propriedade está em constante adaptação para melhor receber os turistas, portanto, não é um negócio pronto. Estamos melhorando nossa estrutura, principalmente a área de recepção (Ida, 2014).

Pronta nas atividades de hospedagem, trilhas, pesque e pague ou esportiva e colhe e pague de morango orgânico (Germano, 2014).

As falas dos entrevistados revelam que os proprietários estão na contramão da lógica da monocultura, que sufoca a agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que dinamiza a economia local com a geração de empregos e a arrecadação de tributos no Município, a monocultura desafia a permanência e o desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios brasileiros. Os agricultores familiares têm a

compreensão de que a terra precisa ser utilizada com variedade de produtos para que a agricultura familiar não perca espaço de referência no que diz respeito à própria identidade daqueles que vivem no campo.

Por meio desta pesquisa, foi possível perceber que a diversificação de culturas na propriedade rural é uma estratégia que viabiliza a sustentabilidade da agricultura familiar. Entre os benefícios daí advindos estão a garantia de renda, mesmo em períodos de entressafra, e a segurança alimentar da família, além da garantia de benefícios para o meio ambiente. Trata-se de um arranjo produtivo em que o agricultor trabalha a exploração e a interação de diferentes culturas, podendo ainda agregar outras atividades ao trabalho da família, como o artesanato.

O modelo de exploração integrada de diferentes culturas foi implementado após a constatação da existência de mercado consumidor para os seguintes produtos: banana, uva e flores. Além de obter renda com a venda das frutas e das flores, as propriedades também podem lucrar vendendo outros produtos gerados na propriedade.

A interação entre as culturas acontece de diferentes formas: os troncos das bananeiras, utilizados para a retenção de águas de chuva e a conservação do solo no pomar de videiras, também fornecem a matéria-prima para o artesanato produzido por jovens e mulheres das comunidades; as cascas dos frutos, assim como os restos vegetais de todas as culturas, passam por um processo de compostagem e são aproveitados como adubo orgânico para o solo. Arranjos como esses, baseados nas potencialidades dos produtos típicos de cada região, ajudam a manter a renda familiar durante todo o ano, proporcionando sustentabilidade econômica e ambiental para a propriedade e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida para as famílias rurais.

Segundo Silva e Del Grossi (2000, p. 28), as atividades associadas ao turismo rural “[...] podem ser consideradas uma estratégia de diversificação produtora das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não agrícolas para fazer frente à queda da rentabilidade aos seus negócios tradicionais”.

O meio rural vem passando, nas últimas décadas, por grandes mudanças, especialmente nas relações de produção e trabalho decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura. Nesse processo que culmina com a saída do camponês para a zona urbana, as atividades agropecuárias vêm enfrentando problemas, como a desagregação das formas tradicionais de

articulação da produção e a desvalorização gradativa em relação a outras atividades.

Com essa transformação da economia global, que atinge também as áreas rurais, novas atividades têm surgido com o objetivo de converter-se em estratégias de diversificação das formas de obtenção de renda para as comunidades rurais. Esse foi um dos intuitos da criação do Circuito Turístico Terras Pomeranas.

Ao mesmo tempo, a sociedade vem descobrindo a importância do meio ambiente e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural. Nesse contexto, o turismo tem propiciado a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, trazendo melhorias às condições de vida dos agricultores e permitindo, assim, novas estratégias de garantia de sua permanência no campo. Desse modo, o turismo rural pode ser considerado uma possibilidade de sustentação econômica e social para uma região onde a pequena agricultura familiar se tornou insuficiente para a manutenção das populações dela dependentes. Ele integra a modalidade turística e a sustentabilidade com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento rural.

Silva e Del Grossi (2000, p. 28) destacam a importância de as ações voltadas para o turismo serem realizadas como ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade.

As péssimas condições das estradas foram apontadas como fator que prejudica a exploração no turismo rural nas propriedades. A fala de uma agricultora é reveladora dessa limitação: “Estamos quase prontas. Um dos maiores problemas que temos é a péssima condição das estradas para chegar à propriedade” (Frida, 2014).

A importância da infraestrutura dos municípios e da logística de estradas vicinais para o fortalecimento da agricultura familiar foi destacada pela maioria dos entrevistados. Segundo afirmam, é preciso buscar parceria com o Governo Estadual e Federal para manutenção e recuperação de estradas vicinais, visando reforçar a infraestrutura do Município e melhorar as condições de acesso dos turistas às propriedades para que possam continuar com o empreendimento na agricultura familiar. Para potencializar o turismo rural, os agricultores dependem de estradas vicinais em condições adequadas.

Uma infraestrutura adequada, de forma a se tornar um instrumento do desenvolvimento local sustentado, garantirá a melhoria da qualidade de vida, a oferta de novos empregos e a geração de renda para a sociedade local.

A falta de mão de obra foi citada por um dos colonos como o principal motivo da impossibilidade de promoção do turismo em sua propriedade (Germano, 2014). Esse é um dos aspectos negativos do turismo rural. Outro fator também negativo é a falta de comunicação, principalmente com o mercado, para divulgar os produtos e serviços existentes.

Compreendemos como mão de obra qualificada o trabalhador que tem as qualidades mínimas exigidas para exercer a função para a qual ele está sendo contratado, desde as mais simples até as mais elaboradas. A baixa qualificação da mão de obra em Santa Maria de Jetibá também tem dificultado o desenvolvimento do turismo rural, mas poderá ser superada por meio de políticas de incentivo à comunidade para participar de cursos de formação profissional.

O setor precisa aprimorar-se quanto à profissionalização, em especial no que tange às normas, às tarifas e à estruturação da oferta. Apesar da crescente demanda dos turistas por esse segmento, essa atividade ainda é incipiente para os agricultores rurais. Alguns não acreditam no potencial do segmento por desconhecer o seu potencial econômico.

A falta de consciência turística por parte da população é um dos obstáculos para que o Município eleve a atividade turística aos patamares desejados. Acreditamos que o turismo depende do desejo da população, uma vez que ninguém é mais responsável pelo desenvolvimento dessa atividade do que a própria comunidade. É ela quem escolhe o que quer e como quer fazer. Sem a comunidade nada acontece.

Portanto o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população quanto à importância dessa atividade econômica, poderosa e geradora de emprego e renda. Tal fato depende de uma mudança cultural que fará com que a população passe a enxergar o turismo dessa maneira e exigir providências concretas e corretas em prol dessa atividade.

Enfim, a capacitação e qualificação de mão de obra, a integração dos vários parceiros do processo de desenvolvimento turístico, a importância da conservação do meio ambiente e a ocupação real do Poder Municipal como gestor desse processo são fatores indispensáveis à promoção do turismo no meio rural.

É portanto essencial o engajamento da comunidade nos demais segmentos para se traçar uma política que, além de valorizar o turismo regional, trabalhe pela preservação dos mananciais, “guardando” para as futuras gerações o que há de mais belo no espaço comum.

6.2 TIPOS DE TURISMO OFERECIDOS PELAS PROPRIEDADES

A atividade que predominou nas propriedades e que mais se destacou como atrativo turístico foi a agricultura orgânica, seguida das atividades de lazer com atendimento em hospedagem e alimentação. O Gráfico 4 revela as atrações turísticas das propriedades que fizeram parte desta pesquisa.

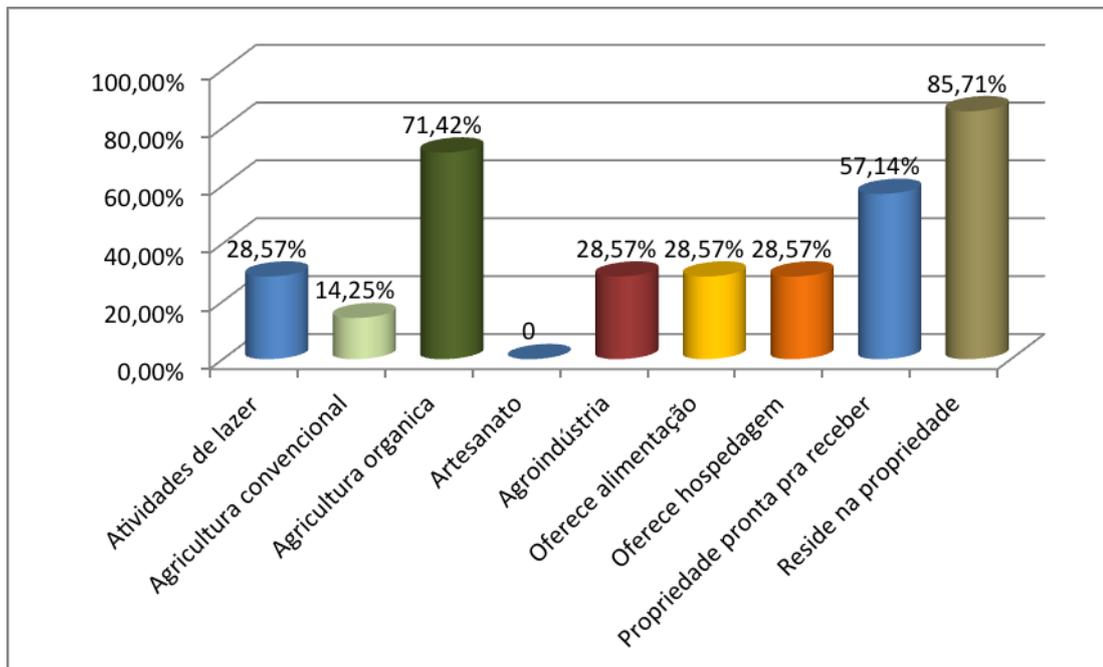


Gráfico 3 – Tipos de atração turística das propriedades que compõem o Circuito.
Fonte: Arquivo da pesquisadora.

O sistema orgânico de produção é praticado de forma predominante nas propriedades pesquisadas, seguido de atividades de lazer com atendimento em hospedagem e alimentação. Na agricultura familiar, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado com o trabalho assalariado. Têm como base de sua produção a agricultura orgânica. Segundo a Lei n.º 10.831, de 23

de dezembro de 2003, Art. 1.º, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária

[...]

todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (FOCADOS... acesso 13 fev. 2015).

A agricultura orgânica é baseada nos princípios da saúde, da ecologia, da equidade e do cuidado, conforme a Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM):

- saúde: deve manter e melhorar a saúde do solo, planta, animal, homem e do planeta como um só e indivisível;
- ecologia: deve ser baseada em sistemas vivos, ecológicos e ciclos e na sustentabilidade;
- equidade: deve basear-se em relacionamentos e garantir a equidade na relação com o ambiente comum e a oportunidade de vida;
- cuidado: deve ser gerido na forma de precaução e responsabilidade para proteger a saúde, o bem-estar das gerações atuais e futuras e o meio ambiente.

A procura por produtos orgânicos tem aumentado no mercado interno e no mercado externo.

A agricultura orgânica é um processo produtivo comprometido com a organicidade e a sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos.

Nesse tipo de agricultura não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos. Para ser considerado orgânico, o

produto tem que ser gerado em um ambiente de produção orgânica, onde se utilizam como base do processo produtivo os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando-se as relações sociais e culturais.

Esse modo de produção assegura o fornecimento de alimentos orgânicos saudáveis, mais saborosos e de maior durabilidade; sem agrotóxicos, preserva a qualidade da água usada na irrigação e não polui o solo nem o lençol freático com substâncias químicas tóxicas; por utilizar sistema de manejo mínimo do solo, assegura a estrutura e a fertilidade dos solos, evitando erosões e degradação, contribuindo para promover e restaurar a rica biodiversidade local. Por esse conjunto de fatores, a agricultura orgânica viabiliza a sustentabilidade da agricultura familiar e amplia a capacidade dos ecossistemas locais em prestar serviços ambientais a toda a comunidade do entorno, contribuindo para reduzir o aquecimento global.

No Brasil, segundo os dados do Censo Agropecuário 2009, o número de produtores orgânicos representava 1,8% (ou 90.497) do total de estabelecimentos agropecuários. Esses estabelecimentos dedicavam-se principalmente à pecuária e à criação de outros animais (41,7%), às lavouras temporárias (33,5%), à lavoura permanente (10,4%), à horticultura/floricultura (9,9%) e à produção florestal (3,8%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

De acordo com o IBGE (2009), os quatro principais estados em número de estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica no Brasil são, respectivamente, Bahia (15.194), Minas Gerais (12.910), Rio Grande do Sul (8.532) e Paraná (7.527). A produção de orgânicos no Espírito Santo aumentou em 2014, o número de propriedades rurais com esse tipo de produção dobrou e hoje há trezentas propriedades legalmente certificadas para produzir orgânicos.

Em Santa Maria de Jetibá, Região Serrana do Estado, há outras 69 propriedades que também são certificadas para esse tipo de produção. Em quatro hectares de terra, chegam a produzir oitenta variedades de frutas, verduras e flores comestíveis, sem pragas nem doenças. Quanto mais diversificada, melhor a produção e mais viçosas as plantas. Para ser um produtor rural orgânico é preciso adaptar-se às condições relativas. A propriedade precisa estar totalmente livre dos produtos agrotóxicos. Além disso, existem questões ambientais e trabalhistas a serem consideradas. O processo é demorado e pode chegar a cinco anos.

Em um primeiro momento, é feito um plano de manejo junto com a família do agricultor. Todo o planejamento é montado e o produtor faz um histórico da propriedade. Segue-se um processo de transição, durante o qual o agricultor vai aprender muitas coisas. Há uma carência de um ano para que a produção de uma propriedade seja considerada orgânica.

Conforme dados publicados no G1 Espírito Santo – TV Gazeta (FOCADOS..., acesso em 13 fev. 2015), a agricultura orgânica familiar de Santa Maria é referência de comercialização no estado do Espírito Santo. Essa prática agrícola converteu-se em opção para um grupo de agricultores familiares da Comunidade Pomerana de Alto Santa Maria, hoje pertencente ao Circuito Turístico Terras Pomeranas, os quais, preocupados com os efeitos nefastos do alto índice de agrotóxicos usados, perceberam ser possível produzir alimentos de forma saudável e sustentável.

O cultivo, que visa à harmonia entre terra, água, ar, animais, plantas e seres humanos, passou de uma filosofia de vida a uma forma de sustento para várias famílias da comunidade de Alto Santa Maria, graças a algumas atitudes organizacionais e às articulações com órgãos públicos.

Para viabilizar a comercialização dos produtos, que se deparava com sérios entraves, o grupo recorreu ao INCAPER e contou com o incentivo, apoio e acompanhamento desse Instituto para criar a Associação de Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar – Amparo Familiar.

As ações de apoio e fortalecimento da comercialização foram aprofundadas com o trabalho que o INCAPER, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), realizou na divulgação e orientação sobre as políticas do Governo Federal voltadas à compra direta da agricultura familiar, mais especificamente sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que permite pagar um ágio de até 30% pelos produtos certificados como orgânicos ou agroecológicos, e sobre a nova Lei que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que parte dos recursos repassados aos municípios seja utilizada na compra de produtos da agricultura familiar, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos ou agroecológicos.

Além da divulgação das políticas públicas, o Projeto Fortalecimento dos Espaços de Comercialização Solidária Através da Agricultura Familiar e Organizações Sociais da Grande Vitória, viabilizado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT) e

operacionalizado pelo Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Espírito Santo (FUNDAGRES), pelo INCAPER, pelas prefeituras municipais de Cariacica e de Vitória e pela Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo (O BROTO), promoveu a inserção dos produtos dos agricultores de Santa Maria do Jetibá no mercado institucional de Vitória, implantando, além disso, a Feira Agroecológica de Cariacica.

Assim, desde 2007, a Associação Amparo Familiar consegue vender seus produtos orgânicos na Feira de Orgânicos de Barro Vermelho (bairro de Vitória) e de Cariacica (Região da Grande Vitória); vende também aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio do PAA, e à Prefeitura Municipal de Vitória.

6.3 PRODUTOS OFERECIDOS AO TURISTA: A CULTURA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS COMO ATRATIVO TURÍSTICO

Os participantes do estudo relataram que suas propriedades oferecem produtos locais que caracterizam a culinária pomerana, tais como biscoitos, geleias, produtos orgânicos, brotes, conforme revelam suas falas:

Na área de agroindústria, temos o tradicional brote de milho pomerano, o bolo ladrão, biscoitos diversos, geleias, além de outros produtos artesanais, mas que, em si, não estão ligados à história da cultura pomerana, apesar de estarem sendo inseridos na mesma atualmente. Além disso, a agricultura familiar é um marco importante do município de Santa Maria de Jetibá, portanto, também é um produto local que oferecemos ao turista, inclusive muitos grupos escolares estão vindo visitar-nos para conhecer a agricultura familiar, porventura no Ano Internacional da Agricultura Familiar, o que também é o caso do túnel de garimpo, que fez parte da história do Município, mesmo não estando mais ativo atualmente (Ida, 2014).

Morango, geleia, biscoito, brote, mel e licor orgânico (Hildegardt, 2014).

Pães caseiros, biscoitos, brotes e morango orgânico (Helmar, 2014).

Café orgânico e produtos laticínios (Adelino, 2014).

O artesanato é outra prática que também marca a cultura pomerana. Os visitantes, além de apreciarem as comidas típicas, os grupos de danças folclóricas, os corais, as características arquitetônicas das casas, as festas típicas da cidade, a língua e as formas de viver características desse povo, também apreciam o artesanato local, o que acaba sendo uma importante fonte de renda para os colonos

dessas propriedades, que, no entanto, lastimam a falta de políticas públicas que valorizem o artesanato regional (bordados, confecção de bonecas, pinturas, cestos em taquara), ou seja, a cultura da família no meio rural.

As famílias do campo, além de explorarem o artesanato local e outras práticas que identificam a cultura pomerana, acompanham as mudanças que surgem na sociedade, diversificando a sua produção e as áreas de trabalho da família. São valorizadas por essas famílias a tradição e os eventos típicos do meio rural. Citamos como um dos mais importantes, do nosso ponto de vista, a Festa da Colheita, em que cada família leva parte do que colhe à frente do altar, na Igreja e, em comunidade, celebra um culto de Ação de Graças. Essa é uma das características da cultura pomerana.

6.4 A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E O TURISMO RURAL: PROPULSORES DA SUSTENTABILIDADE

Todos os agricultores que participaram desta pesquisa falaram da diversificação da produção em suas propriedades e apresentaram as formas como a realizavam, destacando também a sua importância:

[...] novas plantações, como café, e renovação com uma plantação de frutas vermelhas (Frida, 2014).

Como a propriedade é orgânica, essa é uma das exigências para a certificação da própria (Helmar, 2014).

Criar engrenagens de sustentabilidade (Adelino, 2014).

Trabalhamos com uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como a produção agrícola de hortifrúti, a produção de animais para subsistência, agroindústria, feira cidadã, comercialização no CEASA, turismo, entre outros (Ida, 2014).

É muito importante para a sobrevivência do ecossistema universal (Hildegardt, 2014).

Além da agricultura orgânica, estamos sempre buscando inserir produtos diversificados, como frango e ovos caipira, derivados do leite... (Florêncio, 2014).

Para que a agricultura familiar possa manter-se nesse mercado cada vez mais competitivo e excludente, é necessário criar formas alternativas de trabalho e sobrevivência. A diversificação rural/agrícola pode ser uma dessas formas, uma vez que diminui os riscos de se ter apenas uma atividade como principal fonte de renda

e manutenção familiar. A diversificação constitui uma das opções estratégicas na política do desenvolvimento rural.

Para que os agricultores familiares possam diversificar sua produção e desenvolver sistemas de produção sustentáveis, aproveitando nichos e demandas de mercado por produtos diferenciados, é preciso orientação, determinação do Governo ou de suas estruturas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, além de uma mudança de consciência e comportamento dos técnicos e agentes de desenvolvimento.

6.5 O TURISMO RURAL COMO FONTE GERADORA DE TRABALHO E RENDA

O turismo é também uma importante fonte de renda para a população local e vem crescendo a cada ano. Os produtos são comercializados na própria propriedade ou entregues em domicílio, na CEASA, em feiras orgânicas. Alguns são até exportados. As falas são ilustrativas.

Acontecem na feira cidadã, semanalmente, na Casa de Artesão, nas feiras estaduais, como Sabores da Terra, Expotur, Granexpotur e Feafes. A produção agrícola... parte é comercializada na Ceasa pela própria família, parte é repassada a atravessadores, e a produção de gengibre por vezes é exportada (Ida, 2014).

Lojas especializadas e supermercado; vendas no local e na cidade (Adelino, 2014).

Colhe e pague e entrega em domicílio (Florêncio, 2014).

Nesses diversos espaços/tempos em que se encontram pessoas de diferentes classes sociais, grupos étnicos e sexuais, de diferentes idades e de lugares distintos, vínculos afetivos vão sendo construídos e muitas vezes perduram por muitos anos, numa relação de respeito, amizade, admiração. Esses vínculos se dão geralmente por meio de “atividades como o colha e pague e o café colonial”, “visita à propriedade e participação em eventos”, “atividades da propriedade, como, por exemplo, alimentar animais e colher hortaliças”, “estágios”, “diálogo e troca de experiências entre os visitantes e as famílias” durante as visitas, “comentários em nossas postagens”.

Então, o TRAF passou a ser compreendido como uma atividade que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que realizam as atividades

econômicas peculiares da agricultura familiar e estão dispostos a valorizar, respeitar o próprio modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade bem como proporcionando bem-estar aos envolvidos.

O turismo rural proporciona às comunidades rurais uma nova alternativa de desenvolvimento. Embora tenha como vantagem a utilização de mão de obra já existente no local, há necessidade de capacitá-la visando à qualificação, de acordo com as próprias necessidades de inovação da atividade.

6.6 O TURISMO RURAL E SUA INFRAESTRUTURA: DILEMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para alguns dos participantes da pesquisa, o município de Santa Maria de Jetibá encontra-se estruturado para desenvolver o turismo rural, porém a maioria afirma ainda que falta muito a se fazer:

É necessário aumentar o número de propriedades que se disponham a trabalhar com esta atividade, o que é um desafio, pois é da identidade do pomerano ser um povo conservador e resistente às grandes mudanças. Isto é cultural, e certamente foi um fator que teve grande importância na manutenção da cultura pomerana em mais de 150 anos de imigração. Por isso, fazer as famílias dividirem o seu tempo entre atender turistas e cultivar terra é uma atividade que não interessa a muitos, principalmente aos colonos do interior, que seguem a cultura do sempre foi assim. Mesmo que tenha avançado, não tem acesso asfáltico e principalmente placas indicando [...] (Ida, 2014).

Falta mais informação para os moradores sobre o turismo rural; falta vontade política de incentivo (Florêncio, 2014).

Nossas propriedades ainda estão em estágio inicial da atividade, sem opção (Helmar, 2014).

Dentre os dilemas apresentados pelos participantes no que diz respeito a receber os turistas, o que mais se destacou foi a dificuldade de acesso às propriedades, dadas as péssimas condições das estradas. As falas são reveladoras.

[...] as condições precárias das estradas por questões climáticas, que muitas vezes traz dificuldades de chegar na região (Adelino, 2014).

Os acessos... a dificuldade que os próprios turistas têm de chegar até nós (Hildegardt, 2014).

Muitas vezes as estradas não são boas e há falta de sinalização, que foi feita pela Secretaria de Turismo, mas que foi destruída por vândalos em poucos meses. Para estas situações, ao saber da chegada de um grupo, nos programamos para buscá-los no asfalto, ou então colocamos placas

provisórias que retiramos logo após as visitas. Mas o ideal seria que a população local respeitasse as placas fixas e apoiasse o nosso trabalho (Ida, 2014).

[...] a região ser pouco turística, o que faz ser muito difícil encontrar parceiros para a atividade (Florêncio, 2014).

Falta de mão de obra e qualificação familiar para o atendimento. Acesso à propriedade em épocas de chuvas (Frida, 2014).

Apenas um dos participantes respondeu que não encontrava dificuldade nenhuma para receber turistas (Germano, 2014). Para incrementar ainda mais o turismo em suas propriedades, fez algumas propostas que devem ser incorporadas ao delineamento das políticas públicas municipais, estaduais e nacionais. Dentre elas, destacamos:

- Cursos de qualificação para atendimento ao turista.
- Financiamento do PRONAF.
- Incentivo e apoio aos empreendedores, envolvendo-os em capacitação, treinamentos, missões técnicas, participação em eventos; identificação de propriedade com potencial turístico; PRONAF – MDA e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
- Melhoria dos produtos, embalagens e certificados dos produtos.
- Comercialização mais digna dos produtos; valorização do homem no campo, entre outros.

O turismo na agricultura familiar contribui para levar às pessoas da cidade a oportunidade de conhecer o trabalho daqueles que produzem os alimentos que chegam a suas mesas. Mostra a essas pessoas que as frutas e hortaliças não são produtos de indústrias e exigem cuidados com a terra e com a água cuja qualidade é fundamental para a sua produção, recursos finitos que necessitam ser usados com precaução, inclusive por pessoas da cidade que, muitas vezes, acham que evitar o desperdício de alimentos consiste somente em economizar o próprio dinheiro. Por tudo isso, é preciso realizar um trabalho com todas as pessoas, conscientizando-as sobre a importância dos cuidados com a água, o solo, prevenindo o desperdício, levando-as também, e talvez isso seja o mais importante, a valorizar o homem do campo. As falas dos sujeitos são ilustrativas.

Maior visibilidade do Município como a cidade mais pomerana do Brasil, valorizando os traços culturais, a divulgação da força do Município como

produtor hortifrutigranjeiro de grande destaque no estado e no Brasil, bem como a circulação de renda dentro do Município (Ida, 2014).

Divulgação das potencialidades do Município, cultura e tradição (Hildegardt, 2014).

Valorização da cultura pomerana, divulgação do Município e organização do próprio (Florêncio, 2014).

Alguns outros participantes trouxeram ainda outras questões, como “atrair mais turistas”, “mais renda para os agricultores”, “conhecimento socioambiental e agronegócio” e “intercâmbio cultural, venda direta ao consumidor e mais lucratividade”.

Enfim, para que o município de Santa Maria de Jetibá possa tornar-se uma referência no que tange ao turismo rural em nosso Estado, os sujeitos da pesquisa fizeram algumas propostas, conforme observadas a seguir:

Acredito que uma melhor organização entre as propriedades integrantes do Circuito e a ampliação dos serviços oferecidos, principalmente hospedagem rural (Florêncio, 2014).

Estabelecimentos organizados, qualificação, mão de obra, reconhecimento por parte política, melhorias nas vias de acesso às propriedades rurais – estradas –, falta de sinalização para guiar a chegada às propriedades. Enquanto o Governo Municipal não der valor e apoio maior, o turismo não mostrará todo o potencial no Município (Ida, 2014).

Desenvolvimento de atividades de forma organizada e, principalmente, desenvolver nossas propriedades rurais e seus proprietários, levando-os para ter mais conhecimento tanto turístico quanto intelectual, pois temos imensas dificuldades de comunicação, organização e desenvolvimento de produtos de qualidade tanto de agroindústria como de prestação de serviços (Helmar, 2014).

Quebra gelo entre a população e controle de odores estranhos (Adelino, 2014).

Quando o turista chega às propriedades, então colhemos informação para melhor se adequar (Hildegardt, 2014).

6.7 AS ATIVIDADES TURÍSTICAS E AS PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES RURAIS

Para os participantes, a atividade turística desenvolvida na propriedade tem contribuído para o aumento de renda, porém alguns consideram que é apenas uma complementação, conforme explicitam em suas falas:

Assume a posição de complementar a renda e nos proporcionar o prazer que temos de exercer a atividade, de manter este contato com as pessoas da cidade e que têm a curiosidade de conhecer a vida no campo. Não é a atividade que nos manteria no campo, assim como a agricultura familiar. É importante dizer que, dos investimentos que estamos fazendo nas atividades do turismo, grande parte está sendo retirada das outras atividades (Ida, 2014).

Em termos. É uma renda extra e não entra no planejamento familiar (Adelino, 2014).

A agregação de valor aos produtos vendidos de forma direta ao consumidor (Florêncio, 2014).

Hoje, em 4% direta e também de forma indireta (Hildegardt, 2014).

Tem, mas a minha atividade turística não é rural (Germano, 2014).

O ingresso desses produtores no Circuito Turístico Terras Pomeranas trouxe mudanças significativas em seus modos de vida:

Por meio do Circuito, participamos de cursos de capacitação, houve um aumento da procura por nossos produtos, os meios de divulgação de nossa propriedade foram ampliados, bem como a oportunidade de participar de feiras estaduais e divulgar o nosso trabalho (Ida, 2014).

[...] a possibilidade de fazer parte de um grupo com os mesmos objetivos. Além disso, fica mais fácil quando há um grupo com os mesmos ideais (Hildegard, 2014).

[...] conhecimento e agregação de valores ao trabalho familiar (Adelino, 2014).

Adquirimos bastante conhecimento, aprendemos a lidar melhor com nossa atividade principalmente em divulgação e parcerias (Florêncio, 2014).

Apenas um participante relatou que nada ainda mudou por ser novo no Circuito (Germano, 2014).

O documento Turismo rural: orientações básicas (BRASIL, 2010b, p. 18) explica que as atividades turísticas no meio rural compreendem a oferta de serviços, equipamentos e produtos turísticos de

- hospedagem,
- alimentação,
- operação e agenciamento,
- transporte de visitantes,
- recepção à visitação em propriedades rurais,

- recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural,
- eventos,
- outras atividades praticadas no meio rural que existam em função do turismo ou constituam o motivo da visitação.

O documento Turismo rural: orientações básicas, do MTur (BRASIL, 2010b), apresenta também algumas características definidoras do perfil do consumidor do turismo rural. Segundo esse documento, o turista

- tende à aproximação com ambientes naturais e com a ruralidade – a paisagem;
- aprecia ambientes indicativos de que ele está fora do seu ambiente de rotina, não se tratando simplesmente de uma viagem, mas de uma experiência diferente e autêntica;
- é morador de grandes centros urbanos;
- tem entre 20 e 55 anos;
- compreende casais com filhos e/ou amigos;
- tem ensino médio e/ou superior completo;
- desloca-se em automóveis particulares, em um raio de até 150km do núcleo emissor/urbano;
- faz viagens de curta duração em fins de semana e feriados;
- organiza suas próprias viagens ao meio rural;
- tem na *internet* e nos parentes e amigos sua principal fonte de informação para a preparação da viagem;
- é apreciador da culinária típica regional (BRASIL, 2010b).

Compreendemos que conhecer o perfil do consumidor é imprescindível para a oferta de produtos que atendam às suas expectativas, tornando mais eficientes as ações de estruturação, promoção, divulgação e comercialização. Assim os produtores poderão vender serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento bem como comercializar produtos *in natura* (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato) aos visitantes. Dessa maneira, o produtor pode incrementar a sua renda e o turista pode ter acesso fácil a produtos de qualidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, intitulada Circuito turístico na terra pomerana: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável, realizada no município de Santa Maria de Jetibá-ES, teve como objetivo verificar as implicações do Projeto Circuito Turístico Terras Pomeranas como política de fortalecimento das propriedades rurais com predominância na agricultura familiar, com vistas a criar possibilidades de implementação do turismo rural e como forma de agregar renda aos pequenos produtores rurais na perspectiva da sustentabilidade. Esta pesquisa aponta que o turismo rural pode ser considerado uma atividade sustentável para os agricultores envolvidos neste trabalho, uma vez que contribui para aumentar-lhes a renda, por meio da venda de serviços, de artesanato e de produtos agrícolas, da conservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural da região.

Foi possível verificar que o turismo rural é uma importante fonte de renda para esses agricultores, que se vêm destacando no cenário estadual e nacional principalmente pelas suas tradições culturais, que atraem pessoas de toda parte que buscam deliciar-se com as belezas naturais e o clima frio da região; experimentar as suas comidas típicas; apreciar o artesanato, os grupos de danças folclóricas, os corais; conhecer as características arquitetônicas das casas, as festas típicas da cidade, a língua e as formas de viver características desse povo.

As propriedades rurais que compõem esse Circuito Turístico são bem aproveitadas para o turismo não só pelas belezas naturais que apresentam, mas também pelos atrativos e por aquilo que oferecem, que são opções para os turistas e uma oportunidade para os que nelas residem.

Assim, faz-se necessário buscar estratégias que contemplem todos os envolvidos e busquem a sustentabilidade da atividade em todas as áreas relacionadas.

A pesquisa mostrou, também, que os seus sujeitos residem nas propriedades onde trabalham e têm como atividade principal a agricultura familiar. Entre outras características analisadas, é possível afirmar que mantêm os traços característicos de seus ancestrais, identificados em seus sobrenomes, na forma da divisão de suas propriedades, que atravessam gerações, na predominância da religião e da língua

pomerana. Outra característica apresentada na identificação cultural desse Circuito diz respeito aos aspectos da agricultura e do turismo rural.

As propriedades que dispõem de restaurantes e pousadas também têm pequenas áreas de cultivo que atendem a algumas necessidades básicas na alimentação e ao consumo em seus estabelecimentos. Nessas propriedades são fabricados bolos, biscoitos, brotes, pães, licores, geleias, doces, molhos, conservas e outros produtos comercializados que também são provenientes do plantio na própria propriedade ou na de vizinhos. Normalmente, são as mulheres que atendem os turistas durante as visitas.

Por outro lado, a falta de conhecimento das características do TRAF e a pouca tradição em outras atividades não agrícolas podem ser consideradas problemáticas na visão desses agricultores, uma vez que, predominando nessas áreas a agricultura familiar, há por parte dos produtores um certo medo, um receio de incrementar a sua propriedade com atividades outras, o que reduziria o investimento no TRAF. Por outro lado, a inserção do TRAF nas famílias desses agricultores possibilitar-lhes-ia melhor qualificação.

Verificamos, ainda, que a principal limitação é a falta de uma ação efetiva do Poder Público do Município no sentido de liderar uma política de inserção do TRAF. Propomos, assim, a elaboração e execução, pela Secretaria Municipal de Turismo, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, de um plano de desenvolvimento do TRAF condizente com as políticas públicas federais do MTur e MDA, em regime de colaboração com a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), de modo que o Município possa beneficiar-se delas.

Com relação às possibilidades identificadas neste estudo, chamamos a atenção para a diversidade da produção agropecuária, na qual se destacam frutas vermelhas. A predisposição da maioria dos entrevistados para a inclusão do TRAF, assim como a quantidade de produtos e serviços que se dispuseram oferecer, permite concluir que, mesmo num estágio inicial que priorize atividades de baixo investimento, o TRAF pode ter sucesso nas comunidades rurais do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

Destacam-se em estágio inicial outras atividades, tais como infraestruturas e serviços relacionados à alimentação e à hospedagem, que permitirão maior fluxo dos benefícios do TRAF pelo Município. Nesse sentido, a inserção do TRAF nos planos, projetos e programas, no médio e longo prazo, tornam-se imprescindíveis.

Se, por um lado, esta pesquisa concentrou-se na variação do TRAF, por outro, destaca-se que a parceria entre os órgãos das esferas federal, estadual e municipal viria ampliar a oferta turística no Município por meio da inclusão de um número maior de propriedades rurais, especialmente produtoras de flores, cuja maioria é de agricultores não familiares. Portanto, conclui-se que, embora o TRAF seja considerado uma alternativa de diversificação de renda viável para os agricultores familiares, entende-se que a variação em questão teria maior capacidade de atração de turistas se fosse oferecida de forma integrada aos demais segmentos do turismo citado.

Nada se conquista sem trilhar caminhos. Assim nos lembra o poeta espanhol Antônio Machado: “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. Para tanto, convidamos todos a enfrentar de forma coletiva os desafios apresentados a seguir, visando contribuir para o delineamento de políticas públicas voltadas ao turismo rural com base na agricultura familiar:

- Incentivar novas pesquisas para a produção de conhecimento no setor.
- Criar e tornar possível uma rede de informações.
- Promover encontros e discussões com agricultores rurais para incentivar a participação no Circuito.
- Propor projetos de formação dos agricultores rurais.
- Promover o desenvolvimento de propriedades com potencial de turismo no meio rural.
- Apoiar a organização das comunidades para o turismo no meio rural.
- Buscar a concretização do regime de colaboração entre Prefeitura e órgãos estaduais e federais para criar mecanismos facilitadores, com vistas a adequar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do setor, sempre levando em consideração a potencialidade de cada propriedade.
- Buscar parceria bem articulada com o SEBRAE, a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES) e o INCAPER.
- Conscientizar a comunidade local, especificamente os pequenos agricultores, sobre as potencialidades do turismo no meio rural.

- Estruturar um sistema de informações computadorizado, contendo todos os detalhes das propriedades que fizeram parte desta pesquisa, de modo a orientar os agricultores interessados em fazer parte do Circuito.

Enfim, é preciso somar esforços para que as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal possam ser estabelecidas para o setor, com a finalidade de solucionar os problemas apontados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. M. L. de. **O desafio do associativismo na agricultura familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco-PR.** 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=130>. Acesso em: 28 out. 2014.
- ANDRADE, A. de. **A força do associativismo para um Brasil de resultados.** Texto disponibilizado em 6 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-forca-do-associativismo-para-um-brasil-de-resultados/293/>>. Acesso em: 23 mar. 2010.
- ARAUJO, C. A. L.; TOLENTINO, M. A.; THEÓPHILO, C. R. **Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros – MG.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPAD, 2009.
- BAIDAL, J. A. I. Turismo y espacios rurales: conceptos, filosofías y realidades. **Investigaciones Geográficas**, Alicante-ESP, n. 23, p. 59-88, enero-jun. 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17602303>>. Acesso em: 23 set. 2014.
- BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 31-34.
- BOLSON, J. H. G. **Circuitos turísticos de Minas Gerais: modelo de regionalização.** Texto disponibilizado em ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- BRASIL. **Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 21 dez. 2014.
- _____. Ministério da Agricultura. **Oficina de planejamento: subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural.** Brasília: EMBRATUR, 1998.
- _____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil.** Brasília, 2003a.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar.** Brasília: SAF, 2003b.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Brasília, 2004a. Disponível em:

<turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF)**. Brasília, 2004b.

_____. Congresso Nacional. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília, 2007.

_____. **Caminhos do Brasil rural: agricultura familiar, turismo e produtos associados**. Brasília: MDA; MTur, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil: estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Brasília: PRT, 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, 2010a.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2014.

BRIZOLLA, T. (Coord.). Turismo de aventura e lazer. In: BRASIL. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. p. 38-39.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARVALHO, R. H. **Santa Maria de Jetibá: uma comunidade teuto-capixaba**. 1978. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORRÊA, F. C. M. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma comparação entre dois estados do Brasil**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1164/1/dissertacao_2008_FelipeCyntraoMCorrea.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2014.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7. ed. São Paulo: Futura, 2003.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Imigração, urbanização e industrialização**: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Diagnóstico do patrimônio cultural do Espírito Santo**. Vitória, 2005.

_____. **Atlas de ecossistemas do Espírito Santo**. Vitória: GSA, 2008.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOCADOS na saúde, produtores do ES investem em cultivo orgânico. Vitória, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/agronegocios/noticia/2014/06/focados-na-saude-produtores-do-es-investem-em-cultivo-organico.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HARCKBART, E. **Familientreffen**: encontro de famílias. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2009**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Censo Demográfico 2010**: Santa Maria de Jetibá-ES. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=&codmun=320455&se arch=espírito-santo%7Csanta-maria-de-jetiba%7Cinfograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Santa Maria de Jetibá**: Espírito Santo. 2013. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/espiritosanto/santamariadejetiba.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014.

JACOB, J. K. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

_____. A imigração alemã e a culinária pomerana no Espírito Santo. In: BELING, R. R. (Org.). **Terra dos bravos**: imigração alemã no Brasil 180 anos. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2007. p. 140-154.

KRÜGER, M. **Produção no estado do Espírito Santo**. 2014. Entrevista concedida a Zilá Ferreira Potratz, Santa Maria de Jetibá, 20 jun. 2014.

LAZZAROTTO, J. J. Associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco-

PR. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2000, Salvador. **Anais eletrônicos**... Salvador: ANPAD, 2000. Disponível em: <www.anpad.org.br/enanpad/2000/dwn/enanpad2000-org-1033.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2014.

LEONELLO, J. C.; COSAC, C. M. D. O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho, Economia e Educação no Século XXI, 6., 2008, Marília. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

LIMA, O. C. de; SILVA, W. S. **Agricultura familiar**: análise a partir da fundamentação de autores acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. 2011. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Agricultura%20Familiar%20-%20Enviar.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

LOUSADA, M. M. **Geografia do turismo rural no estado de Minas Gerais**: ecos contraditórios de um segmento turístico dito em expansão. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-7DJPTE>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_sergio_martins.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2014.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORAES, E. G. de; CURADO, F. F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá-MS. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá. **Anais eletrônicos**... Corumbá: SIMPAN, 2004. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

NOVAES, C. A. Turismo rural e agroturismo diferenciado de turismo em espaço rural: uma proposta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO

RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4., 2004, Joinville. **Anais...** Joinville: IELUSC, 2004. 1 CD ROM.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sostenible.** Madrid, 1993.

PÉRSICO, J. A.; RESENDE, R. B. de (Coord.). **Cartilha de acesso ao PRONAF: saiba como obter crédito para a agricultura familiar.** Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipascomnet.com/paróquia/inc.download/09082011114519pronafi.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

PINHO, Paulo. **O associativismo: conceitos, princípios e tipologias.** 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1658411-associativismo-conceitos-princ%C3%ADpio-s-tipologias/>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

PORTAL LUTERANOS. Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Santa Maria de Jetibá. **Trombonistas.** c2015. Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteúdo_organizacao/santa-maria-de-jetibas/trombonistas>. Acesso em: 12 jan. 2015.

POTRATZ, Z. F.; TRESSMANN, I. Cultura material e imaterial e turismo rural entre pomeranos do Espírito Santo. **Revista SODEBRAS**, [S.l.], v. 10, n. 113, p. 23-27, maio 2015. Disponível em: <<http://sodebras.com.br/edicoes/N113.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. **O município mais pomerano do Brasil.** Disponível em: <<http://www.pmsmj.es.gov.br/pg/24547/cultura-grupos-folcloricos>>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Santa Maria de Jetibá: a cidade mais pomerana do Espírito Santo.** Santa Maria de Jetibá, 2005.

_____. Secretaria Municipal de Turismo. **Circuito turístico terras pomeranas.** Santa Maria de Jetibá, 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Buscando as raízes: agricultura familiar e reforma agrária.** Brasília, 2002.

RAMOS, M. V. Aventura e turismo de aventura: faces mutantes. In: TRIGO, L. G. G. et al. (Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005. p. 469-480.

ROCHE, J. **A colonização alemã no Espírito Santo.** São Paulo: USP, 1986.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. et al. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 101-116.

RÖELKE, Helmar Reinhard. **Descobrendo raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1996.

RUBELO, J. G. N.; LUCHIARI, M. T. O Circuito das Frutas – SP no contexto do turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 5., 2005, Piracicaba. **Propriedades, comunidades e roteiros do turismo rural: anais...** Piracicaba: FEALQ, 2005. p. 211-216.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo: uma reconstrução conceitual, metodológica e empírica necessária. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande-RS, n. 8, 2003. No prelo.

SANTOS, A. A. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental – caso “São Roque de Minas”**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2004.

SANTOS, E. G. L. dos; COUTO, V. A.; ROCHA, A. S. A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil: uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1031.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SANTOS, M. S. T.; LIMA, C. M. D. Desafios cooperativos e estratégias de comunicação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. **Revue UniRcoop**, Sherbrooke-CAN, v. 4, n. 1, p. 128-147, 2006. Disponível em: <<http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/Unircoop.vol.%204.1.final.pdf#page=128>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ES. **Diagnóstico do patrimônio cultural de Mimoso do Sul, Muqui, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa**. Vitória, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS MG. **Associações**. 2012. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Associacao>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

SILLER, R. R. **Infâncias, educação infantil, migrações**. 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-MG, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000850228&fd=y>>. Acesso em: 12 set. 2014.

SILVA, A. C. Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade - orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. Notas metodológicas. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 157-189.

SOUZA, E. L. de; BINOW, F.; PLASTER, S. **Culinária pomerana: estudo de sua importância para o fomento do turismo no município de Santa Maria de Jetibá**. 2005. 77 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Curso de Graduação em Turismo, Instituto de Ensino Superior da Região Serrana, Santa Maria de Jetibá, 2005.

SWARBROOKE, J. et al. **Turismo de aventura: conceitos e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica e investigação social: enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

TRESSMANN, I. **Bilinguismo no Brasil: o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra-ES**. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro/UFRJ, 1998.

_____. **Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. 2005. 335 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Dicionário enciclopédico pomerano – português**. Vitória: Gráfica e Encadernadora Sodré, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VEIGA, J. E da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300010&lng=pt&nrm=isso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, jan./jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/12.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa

Título da Pesquisa: Circuito turístico na terra pomerana: turismo rural e agricultura familiar como mecanismo de desenvolvimento sustentável – Santa Maria de Jetibá-ES.

Pesquisadora: Zilá Ferreira Potratz

Telefones para contato: (27) 999822623 (27) 32631212

Informações sobre o participante:

Nome:

Nome da Propriedade: Localização:

Idade: Sexo: Origem étnica:

Aceitei participar desta pesquisa por minha própria vontade, sem receber nenhum incentivo financeiro, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso do estudo. Fui informado de seus objetivos acadêmicos que, em linhas gerais, dizem respeito à análise das implicações do turismo rural, com destaque para a sua relação com a agricultura familiar, como mecanismo do desenvolvimento sustentável.

Fui esclarecido de que o estudo segue padrões éticos para a realização de pesquisa com seres humanos e não apresenta riscos para os participantes, além de manter o completo sigilo das informações coletadas, de forma a não divulgar o nome do respondente, respeitando assim a sua privacidade. Estou ciente de que participarei de uma entrevista que será gravada em áudio após a minha autorização, mediante a assinatura deste documento. Fui informado, ainda, de que os resultados da pesquisa, inclusive as fotos nela contidas, poderão ser divulgados em congressos e publicados em periódicos especializados,. Estou ciente de que desse modo estarei contribuindo para a ampliação do conhecimento a respeito do tema investigado.

Estou ciente, por fim, da liberdade e do direito que possuo de poder desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou risco de sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Eu, _____, ao me considerar devidamente informado e esclarecido sobre o conteúdo deste Termo de Consentimento e da

pesquisa a ele vinculada, expresso livremente minha autorização para participar deste estudo.

Estando, portanto, de acordo com a participação na presente pesquisa, assinam o Termo de Consentimento em duas vias

Participante

Responsável pela pesquisa

Santa Maria de Jetibá, _____ de _____ de 2014.

APÊNDICE C – Entrevista semiestruturada

Nome da Propriedade:

Localização:

Distância da Sede:

Número de pessoas da família que trabalham na propriedade:

Sexo e idade de cada um dos membros:

1) Você considera que sua propriedade está pronta para receber o turista?

() Sim () Não

Justifique a sua resposta:

2) Cite o tipo de turismo que você valoriza em sua propriedade?

.....

3) A sua propriedade oferece produtos locais?

() Sim () Não

Em caso positivo, cite quais:

4) Você valoriza e resgata o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural?

() Sim () Não

Comente:

.....

5) Você incentiva a diversificação da produção em sua propriedade?

() Sim () Não

Comente:

.....

6) De que forma acontece a comercialização dos seus produtos?

.....

.....

7) Proporciona a convivência entre os visitantes e a família rural?

() Sim () Não

De que forma?

8) Você encontra dificuldades para receber o turista em sua propriedade?

() Sim () Não

Em caso positivo, quais as dificuldades enfrentadas para recebê-los?

.....

 9) Que políticas públicas (nacionais, estaduais e municipais) estão sendo implementadas para incrementar o turismo rural no seu município?

.....
 10) Na sua visão, qual a contribuição da atividade turística para a agricultura familiar sob a ótica do desenvolvimento sustentável?

.....
 11) A atividade turística desenvolvida em sua propriedade tem contribuído para aumentar a renda?

() Sim () Não

Justifique.

.....
 12) O que mudou na sua vida após a entrada no Circuito Turístico na Terra Pomerana?

.....
 13) Quais os principais benefícios que o turismo rural tem trazido para o município?

.....
 14) Você acha que o município de Santa Maria de Jetibá se encontra estruturado para desenvolver o turismo rural?

() Sim () Não

Justifique.

.....
 15) Em sua opinião, o que falta para que o município de Santa Maria de Jetibá seja considerado uma referência para o turismo rural na região?

.....